

JORNALISMO NA ERA DO #METOO



SUMÁRIO

PREFÁCIO	3
METODOLOGIA	5
1 O RESSURGIMENTO DA PAUTA FEMINISTA NA MÍDIA	6
A/ Investigações em destaque	6
Uma nova geração de jornalismo especializado	6
Seguindo os passos da mídia precursora	8
A grande mídia segue a tendência	9
B/ Avanços nas redações	11
Editoria de gênero: nova profissão, novas práticas	11
Estatutos e códigos de ética	14
C/ A ascensão das redes de jornalismo que cobrem violência de gênero	15
Redes internacionais de pesquisa	15
Financiamento para investigações sobre direitos das mulheres	16
Grupos de apoio mútuo em escala nacional	18
2 A PERPETUAÇÃO DE ATOS DE VIOLÊNCIA CONTRA JORNALISTAS	21
A/ Jornalistas vulneráveis ao assédio cibernético	22
Violência virtual com consequências na vida real	22
Impunidade para o assédio cibernético	24
O risco da autocensura	26
B/ O risco de processos judiciais contra jornalistas	26
Prisão injusta da jornalista chinesa Sophia Huang Xueqin	26
Processo de difamação como forma de intimidação	27
Justiça no caminho do reconhecimento do trabalho de jornalistas	27
C/ O feminicídio de jornalistas	28
3 INVESTIGAÇÃO DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO SOB O ROLO COMPRESSOR DE REGIMES AUTORITÁRIOS	30
A/ Tendência retrógrada da Rússia	30
#MeToo na Rússia, principalmente em Moscou	30
Da intimidação à autocensura	30
O exílio como única opção	31
B/ “Mulher, Vida, Liberdade”: a perseguição de jornalistas no Irã	32
A luta das jornalistas iranianas	32
Irã: o quarto maior cárcere do mundo para jornalistas mulheres	34
C/ O desaparecimento das mulheres do jornalismo no Afeganistão	35
Caminhando para o fim do jornalismo independente	35
Ao menos cinco jornalistas morrem em virtude de seu trabalho em prol dos direitos das mulheres	35
Ser mulher sob o regime do Talibã: investigações do exílio	36
4 RECOMENDAÇÕES DA RSF	37

PREFÁCIO

Coragem tem nome: Sophia Huang Xueqin

O movimento #MeToo nas redes sociais ganhou força após a repercussão de uma investigação jornalística histórica, que impulsionou a ampla disseminação da hashtag.

Em 5 de outubro de 2017, Jodi Kantor e Megan Twohey, jornalistas do *New York Times*, publicaram a primeira investigação sobre o caso Weinstein, produtor de cinema acusado de violência sexual por dezenas de atrizes. Cinco dias depois, uma segunda investigação jornalística, conduzida por Ronan Farrow para o periódico *The New Yorker*, reforçou a questão. Essas revelações desencadearam um movimento mundial sem precedentes, que não só nos deu voz, mas também nos permitiu ouvir e dar espaço a relatos de violência de gênero, que foi ampliado pela força da hashtag #MeToo.

#EuTambém foi a resposta das mulheres brasileiras, enquanto na Tunísia virou #EnaZeda; #Cuéntalo na Espanha; #EndRapeCulture na África do Sul; #نصدق_الناجيات no Egito, #UnVioladorEnTuCamino no Chile. Essas hashtags são símbolo do triunfo de um movimento popular originalmente idealizado pela ativista afro-americana Tarana Burke em 2006 e que já vinha surgindo em toda a América Latina e Central desde 2015 com o slogan pioneiro #NiUnaMenos, «Nem uma [mulher] a menos», após o assassinato, em 2015, de Chiara Páez, de 14 anos, por seu namorado na Argentina.

Ce momentum médiatique de 2017, porté par la force de frappe des réseaux sociaux, a contribué à l'essor et à la visibilité d'un journalisme d'investigation sur les violences sexistes et sexuelles, qui, depuis, font parfois la une dans des médias spécialisés naissants ou dans la presse généraliste. Des enquêtes qui sont également favorisées par des changements structurels dans l'écosystème des médias : l'adoption de chartes éthiques, la création de postes de « *gender editor* » – ces journalistes qui veillent à un traitement médiatique plus équitable vis-à-vis des femmes et des minorités –, et un essor de nouveaux réseaux de coopération entre journalistes.

Essa onda midiática em 2017, potencializada pela força motriz das redes sociais, contribuiu para o crescimento e deu visibilidade ao jornalismo investigativo sobre violência de gênero, que, desde então, vem recebendo destaque na mídia especializada emergente ou na grande imprensa. Essas investigações também foram reforçadas por mudanças estruturais no ecossistema da mídia: a adoção de códigos de ética, a criação de cargos de pessoas editoras de gênero – jornalistas que garantem que mulheres e minorias recebam um tratamento mais justo na mídia – e o crescimento de novas redes de cooperação entre jornalistas.

Não há como negar: esse movimento mundial para libertar as vozes das mulheres impactou significativamente o cenário da mídia. Entre os 113 jornalistas entrevistados em uma pesquisa exclusiva da RSF, abrangendo praticamente o mesmo número de países, mais de 80% observaram um aumento significativo na cobertura de temas relacionados aos direitos das mulheres, questões de gênero e violência de gênero desde 2017.

No entanto, o ressurgimento da pauta feminista na mídia não está livre de riscos. Para mais de 25% das pessoas entrevistadas na pesquisa da RSF, abordar essas questões representa um risco. Além disso, quase 60% das pessoas entrevistadas conhecem ao menos um caso de jornalista que, ao abordar essas questões, foi vítima de assédio cibernético.

Ameaçadas e assediadas virtualmente, jornalistas, especialmente mulheres, podem ser forçadas à autocensura e até ao exílio. Outras acabam sendo processadas injustamente, com o único intuito de silenciá-las. As represálias contra repórteres por seu trabalho em defesa dos direitos das mulheres chegam ao extremo, incluindo a prisão. Foi o que aconteceu na China, onde Sophia Huang Xueqin, ativista do movimento #WoYeShi, o #MeToo local, foi presa em 2021. Na Rússia, o fortalecimento de um governo cada vez mais autoritário tem impactado a cobertura da mídia, levando alguns jornalistas a reconsiderar o seu trabalho com relação à violência de gênero. Jornalistas que cobrem essas questões no Afeganistão precisam se esconder ou se exilar. No Irã, jornalistas que investigam a fundo o movimento “*Jin, Jijan, Azadi*” (“Mulher, Vida, Liberdade”) enfrentam repressão severa.

Dando continuidade aos relatórios Women's Rights: Forbidden Subject (“Direitos das Mulheres: Assunto Proibido”) e Sexism's toll on journalism (“O impacto da discriminação de gênero no jornalismo”), este novo relatório da RSF revela, com base em uma investigação exclusiva, que, sim, as investigações sobre os direitos das mulheres e a violência de gênero estão sendo levadas mais a sério e ganhando mais visibilidade, até mesmo internacionalmente. No entanto, a RSF está profundamente preocupada com a violência da repressão que os jornalistas que abordam esses temas vêm enfrentando. A RSF emitiu 16 recomendações a governos, plataformas digitais, autoridades judiciais e policiais, além de redações, para apoiar o jornalismo que cobre os direitos das mulheres e a violência de gênero.

Os críticos podem especular à vontade se a era do #MeToo acabou ou se a liberdade de expressão se perpetuará, mas é possível observar um antes e um depois do movimento #MeToo no jornalismo. O jornalismo mudou para sempre: a atenção dada à condição das mulheres no jornalismo e às questões de violência de gênero é prova disso. Devemos parabenizar a coragem das pessoas jornalistas que assumiram riscos para denunciar essas questões. Algumas estão pagando um preço alto.

Enquanto escrevo este texto, em uma missão em Taipei, dedico este relatório à Sophia Huang Xueqin, que lançou o movimento #MeToo na China e foi condenada a cinco anos de prisão em 14 de junho.

Thibaut Bruttin,
Diretor geral da Repórteres Sem Fronteiras (RSF)

DO #METOO AO #DONTTELLMEHOWTODRESS: MAIS DE 40 HASHTAGS SÃO DESTAQUE NAS MANCHETES

Em quase dois terços dos 112 países representados na pesquisa da RSF, surgiu um movimento para a liberdade de expressão sobre os direitos das mulheres, questões de gênero e violência de gênero sob o slogan #MeToo ou outro termo relacionado (de acordo com 72 dos 113 correspondentes pesquisados, ou seja, 64%). Graças a tantas diferentes hashtags, tivemos o aumento da cobertura dessas questões, como na Rússia, com a hashtag #яНеБоюсьСказать (“Não tenho medo de falar”), ou em Marrocos, com a hashtag #Masaktach (“Não ficarei em silêncio”). Às vezes as hashtags expressam demandas mais específicas, como no Iêmen, com جوازي بدون وصاية (“Meu passaporte livre de tutela”, movimento para que mulheres iemenitas possam viajar sem precisar da permissão de um homem), ou na Tailândia, com a hashtag #DontTellMeHowToDress (“Não me diga como devo me vestir”).



I METODOLOGIA OBSERVAÇÃO I

Para conseguir quantificar melhor algumas tendências previstas, a Repórteres Sem Fronteiras (RSF) mobilizou sua rede de correspondentes ao redor do mundo para este relatório: **113 jornalistas de 112 países*** responderam a um questionário elaborado em **cinco idiomas** (francês, inglês, espanhol, árabe e português) contendo **35 perguntas sobre a cobertura da mídia com relação a questões de gênero e violência de gênero, avanços nas redações e violência sofrida por jornalistas especializados nesses assuntos.**

* Dois correspondentes da RSF na Índia responderam à pesquisa.

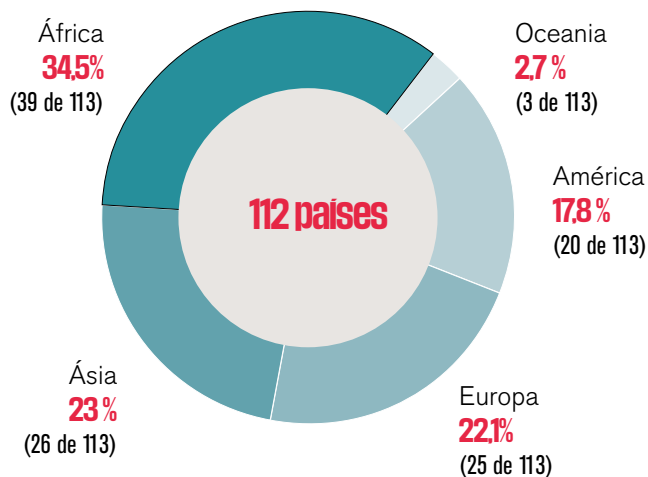
RESULTADOS DA PESQUISA DA RSF

35 perguntas

em cinco idiomas

francês, inglês, espanhol, árabe, português

113 correspondentes entrevistados em 112 países
em todos os continentes



113 respostas

consideradas válidas

1 | O RESSURGIMENTO DA PAUTA FEMINISTA NA MÍDIA

A/ INVESTIGAÇÕES EM DESTAQUE

O movimento #MeToo e seus equivalentes em vários países, às vezes com outros nomes, rompeu barreiras. Embora mídias especializadas já existissem antes disso, os meios de comunicação que se dedicam às questões de gênero estão em plena expansão desde 2017, dando visibilidade às investigações relacionadas aos direitos das mulheres e às questões de gênero ao redor do mundo. A imprensa tradicional, por sua vez, vem se atualizando, com o desenvolvimento de colunas dedicadas. Novas redes de jornalistas participam ativamente desse fenômeno.

RESULTADOS DA PESQUISA DA RSF

48% das pessoas entrevistadas acreditam que o impacto do #MeToo na mídia foi significativo

De acordo com os dados coletados pela RSF, quase metade das pessoas entrevistadas acredita que o #MeToo teve um impacto significativo em seu país (48%). Embora o movimento que promove a liberdade de expressão sobre esses assuntos não faça uso dessa hashtag necessariamente, **mais de 80% observaram um aumento no número de tópicos relacionados aos direitos das mulheres, questões de gênero e/ou violência de gênero desde 2017.** Algumas coberturas jornalísticas acompanharam esse movimento, como a reportagem do *New York Times* sobre o caso Weinstein, que se tornou um marco do movimento #MeToo nos Estados Unidos. Na Coreia do Sul, o #MeToo local foi desencadeado pela cobertura midiática do discurso da promotora Seo Ji-hyeon. Em 2018, ela revelou em rede nacional que havia sido agredida por um superior. No Brasil, a TV Globo, maior canal de televisão do país, revelou, em uma investigação que causou grande comoção naquele mesmo ano, que centenas de mulheres foram abusadas sexualmente por um médium famoso, João de Deus.

I UMA NOVA GERAÇÃO DE JORNALISMO ESPECIALIZADO

O ano de 2017 foi extremamente importante para muitos jornalistas ao redor do mundo em investigações relacionadas aos direitos das mulheres. Em virtude da onda do movimento #MeToo e em contextos locais específicos, muitos meios de comunicação surgiram com o objetivo declarado de destacar os direitos das mulheres e as questões de gênero em todo o mundo. Esses veículos de comunicação são chamados de *Copadas* no Chile, *Ruda* na Guatemala e *Jeem* no Líbano e dentro do mundo árabe.

Com 20.000 exemplares vendidos a cada tiragem nos países francófonos, o sucesso da revista trimestral francesa *La Déferlante* é um reflexo da febre pelo jornalismo feminista. Fundada em 2021, em parte graças a uma campanha de financiamento coletivo, a revista conta com nove funcionários e dezenas de colaboradores. “O #MeToo contribuiu para o nosso desejo de criar um veículo de comunicação sobre questões feministas e de gênero”, lembra Marie Barbier, coeditora-chefe e uma das quatro cofundadoras. “Começamos a pensar em um veículo dedicado às lutas feministas em 2019, dois anos depois do #MeToo, numa época em que essas questões eram um ponto de ebulição da cultura, do ativismo, da academia e da mídia. Três anos após o lançamento da revista, esse caldeirão efervescente não esfriou. Pelo contrário,

esse fluxo constante de notícias nos permite medir o impacto dessa revolução em curso”, continua Marie Barbier. O #MeToo não se trata apenas da liberdade de falar sobre esses assuntos, mas também da liberdade de ouvir com maior interesse sobre questões que antes eram ignoradas. As edições de La Déferlante discutem violência doméstica, transfobia, sexualidade e novos modelos de família. Muitas investigações poderosas surgiram, como a que revela redes de tráfico de pessoas entre a França e a Guiana Francesa, onde drogas são transportadas no estômago de mulas, muitas vezes mulheres. “Todos os setores da sociedade são afetados por essa enxurrada de depoimentos de testemunhas, que desafia a ordem vigente”, conclui a jornalista. “Além disso, é fascinante fazer essa documentação de um ponto de vista jornalístico”.



A *Bilan Media* é outro exemplo recente da nova geração de meios de comunicação especializados na cobertura de violência de gênero que surgiu em virtude do movimento #MeToo. Encorajadas por uma grande mudança legislativa que promoveu a liberdade de expressão na Somália, seis jornalistas fundaram a *Bilan* em 2022, o primeiro veículo de comunicação online feminino independente do país, cujo nome significa “luz” em somali. “Não fomos influenciadas pelo #MeToo – o movimento não teve muita relevância na Somália”, explica a editora-chefe da *Bilan Media*, Hinda Abdi Mohamoud, “mas o que fazemos está alinhado com os objetivos do movimento, de falar em nome das mulheres, de trazer à tona os abusos e de oferecer um espaço seguro no qual as mulheres possam fazer o seu trabalho sem sofrer assédio. O resultado é que divulgamos na TV e no rádio histórias que antes eram ignoradas ou evitadas”. A *Bilan Media* está investigando, por exemplo, a crise de opioides entre mulheres jovens, crimes sexuais cometidos em orfanatos durante a pandemia da Covid-19 e as condições de vida de pessoas com HIV. “Se a *Bilan Media* não existisse, esse tipo de jornalismo não existiria na Somália”, diz Fathi Mohamed Ahmed, uma das jornalistas que trabalha para o site de notícias, sediado na capital Mogadíscio, no escritório do Dalsan Media Group, um dos maiores grupos de mídia do país. As reportagens da *Bilan Media* são transmitidas no canal de televisão e na estação de rádio do Dalsan. Este jovem grupo jornalístico também colabora com instituições de imprensa estrangeiras, como a *BBC* e o *The Guardian*, no Reino Unido, e o jornal espanhol *El País*.



| SEGUINDO OS PASSOS DA MÍDIA PRECURSORA

RESULTADOS DA PESQUISA DA RSF

Quase metade das pessoas entrevistadas acredita que há menos de cinco veículos de comunicação especializados em direitos das mulheres, questões de gênero e/ou violência de gênero em seu país.

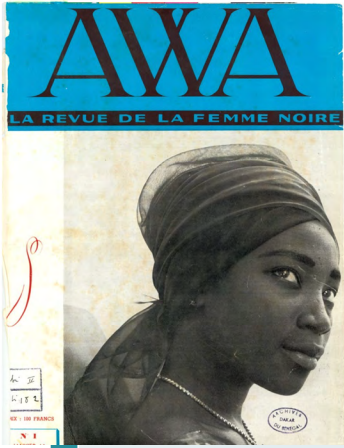
“Somos pioneiras da imprensa feminista”, diz Manon Legrand, uma das redatoras da Axelle, revista bimestral belga fundada em 1998. Para ela, o #MeToo deu visibilidade e legitimidade a iniciativas como a deles. Há mais de 20 anos, os jornalistas da revista investigam as condições de mulheres encarceradas, a diminuição do tempo de permanência nas maternidades após o parto e determinados abusos comerciais na luta contra o câncer de mama.



Essa reflexão também envolve a escolha das palavras. O feminicídio não pode mais ser descrito na mídia como um “crime passionnal”. Isso ainda acontecia quando a revista online AzMina foi criada no Brasil. “Feminismo era uma palavra suja, e as mulheres negras, indígenas, trans e lésbicas eram invisíveis para a grande mídia”, explicam as editoras da revista que foi lançada em 2015 em São Paulo. A revista cobre assuntos atuais sob a ótica do gênero, trazendo, por exemplo, histórias sobre direitos reprodutivos, violência doméstica ou transfobia, assim como reportagens sobre casos de contaminação de mulheres indígenas por mercúrio.

Há também vários exemplos pioneiros no Oriente Médio que abriram caminho para esse tipo de jornalismo na era do #MeToo, como a Sharika Wa Laken — que significa “parceira, mas ainda não igual”. “Somos a maior plataforma digital feminista da região”, diz Hayat Mirshad, que fundou a plataforma em 2012. Originalmente, a Sharika Wa Laken era um programa de rádio. Porém, com a ascensão da Internet, em 2015 a plataforma libanesa se tornou um site de notícias, cobrindo questões como a carga mental das mulheres durante o Ramadã, o assédio sexual no transporte público e a situação de escravidão de empregadas domésticas presas no sistema “Kafala”, ou patrocínio — que promove o controle sobre mulheres migrantes. O #MeToo não influenciou a linha editorial, pois a Sharika Wa Laken já trabalhava com esse tópico, “no entanto, percebemos que, desde 2017, mais e mais mulheres e meninas estavam prontas para compartilhar suas histórias, principalmente em plataformas digitais, para lutar contra a impunidade”, continua Hayat Mirshad.

A Palestina nos dá outro exemplo com o Nawa — “o núcleo” em árabe — site de notícias feminista fundado em 2012 pela ONG de jornalistas mulheres Falastiniyat. O Nawa — administrado por cinco funcionários, seis colaboradores regulares e uma rede de mais de 60 jornalistas freelancers em Gaza e na Cisjordânia — tem como objetivo retratar a realidade da vida cotidiana das mulheres palestinas em um cenário midiático no qual suas vozes são frequentemente silenciadas. A abordagem feminista do Nawa também se reflete em sua linguagem. Onde o gênero masculino é a regra, o Nawa faz o gênero feminino ser ouvido: “Quando falamos de mulheres, colocamos a frase no feminino. É o mínimo que podemos fazer”, explica a jornalista Barra Qadi. “Em uma guerra, as mulheres estão entre os civis mais afetados. É importante ter um veículo de comunicação dedicado a elas, às suas vozes e às suas perspectivas”, acrescenta a editora-chefe Wafa Abdel Rahman, baseada na Cisjordânia. Desde 7 de outubro de 2023 e o início da guerra em Gaza, os repórteres têm trabalhado quase 24 horas por dia, 7 dias por semana, sob bombardeios constantes.



Da “Awa” ao “Info’Elles”: Mídia senegalesa dá voz aos direitos das mulheres

Fundada em 1964 no Senegal, que acabara de proclamar sua independência, a revista Awa, também conhecida como “la revue de la femme noire” [a revista das mulheres negras], foi concebida por uma rede de mulheres, entre elas Annette Mbaye d’Erneville, a primeira jornalista senegalesa. Até 1973, todos os meses, a revista documentava o lugar das mulheres na vida pública. À sua maneira, Zoubida Fall vem fazendo o mesmo no seu podcast “Conversations féminines” [Conversas feministas], lançado em 2022, sobre o “lugar das mulheres no Senegal e na África”, e no site de notícias Info’Elles. Lançado em 2021 por Alice Djiba, jornalista especializada em gênero e mídia e secretária-geral da Associação Senegalesa de Mulheres na Mídia, o site oferece reportagens em vídeo com o objetivo de lutar pelos direitos das mulheres. “O movimento #MeToo fortaleceu o movimento feminista em geral”, diz Alice Djiba. “Em 2017, me envolvi com organizações de direitos das mulheres. Nos últimos anos, as mulheres senegalesas passaram a denunciar mais abertamente a violência que sofrem em seus relacionamentos ou no local de trabalho. Não sei dizer o quanto disso se deve ao movimento #MeToo. No entanto, desde então, a mídia vem ampliando a cobertura dessas histórias, embora a forma como ainda são relatadas precise ser revista. Eu diria que o #MeToo também fortaleceu o trabalho de organizações feministas e em prol dos direitos das mulheres, que utilizam os meios de comunicação para defender reformas legislativas e ampliar a proteção às vítimas”.

I A GRANDE MÍDIA SEGUE A TENDÊNCIA

Por causa do #MeToo, as principais redações sentiram-se encorajadas a refletir sobre a cobertura dos direitos das mulheres e da violência de gênero. Para retratar com mais precisão as mudanças sociais em curso, muitos jornais estão formando parcerias com veículos de comunicação especializados, como os mencionados acima, ou criando seções dedicadas aos direitos das mulheres e às questões de gênero — um avanço em relação à antiga tendência de produzir cadernos «femininos».

RESULTADOS DA PESQUISA DA RSF

As vozes das mulheres na mídia:

- Não são representadas: **21%** (24 de 113)
- São pouco representadas: **8%** (9 de 113)
- São representadas: **28%** (32 de 113)
- São de alguma forma representadas: **34%** (38 de 113)
- São muito representadas: **9%** (10 de 113)

A grande mídia tem colunas ou programas especializados sobre direitos das mulheres, questões de gênero e/ou violência de gênero?

- Não, de forma alguma: **20%** (23 de 113)
- Sim, mas raramente: **60%** (68 de 113)
- Sim, a maior parte da grande imprensa: **17%** (19 de 113)
- Sim, toda a grande imprensa: **3%** (3 de 113)

Os grandes jornais nacionais têm alguma seção dedicada aos direitos das mulheres, questões de gênero e/ou violência de gênero?

- Não, nenhum dos dois: **65%** (73 de 113)
- Sim, um dos dois: **14%** (16 de 113)
- Sim, ambos: **13%** (15 de 113)
- Não sei dizer: **8%** (9 de 113)

No Brasil, o principal jornal do país, Folha de S. Paulo, lançou em outubro de 2022 a seção “Todas” em seu site, dedicada a reportagens e artigos sobre direitos das mulheres e gênero no sentido mais amplo. Cinco jornalistas gerenciam esses tópicos. “Também produzimos matérias para todos os setores do jornal, de assistência social à política”, explica Victoria Damasceno, jornalista responsável pela coluna. “É claro que também abordamos questões como identidade trans e masculinidade”.

Um movimento similar também pode ser visto no Quênia, com o *Daily Nation*, o principal jornal da África Oriental, que lançou uma coluna sobre gênero em 2019. “Uma pergunta que recebo constantemente é por que damos mais destaque às mulheres. Também fui lembrada, em diversas ocasiões, que gênero não diz respeito apenas às mulheres, mas também aos homens. Não poderia concordar mais”, escreveu a jornalista responsável pela coluna, Dorcas Muga-Odumbe, em um artigo publicado em janeiro de 2023, ao explicar a sua abordagem e o trabalho em andamento. “Historicamente, as perspectivas das mulheres não têm sido retratadas nas notícias e suas vozes e impacto nas sociedades têm sido marginalizados. A representação das mulheres nas notícias traz uma imagem mista delas como sujeito, visto que ainda são amplamente subrepresentadas e retratadas de maneiras estereotipadas e simplistas”. Na mesma linha, em 2018, o *New York Times* inaugurou uma seção junto com uma conta no Instagram, @nytgender, que, até a presente data, tem 315.000 seguidores. Ela reúne todo o conteúdo da mídia relacionado às questões de gênero. “Por que gênero? Por que agora?”, postou o jornal na época para explicar a criação deste espaço, respondendo: “O gênero foi colocado em segundo plano como tópico de notícias por muito tempo, mas isso acaba agora. Estamos trazendo o gênero para o primeiro plano e buscando fazer jornalismo de modo que reflita com precisão o nosso mundo atual”.

Essa preocupação fica particularmente evidente na França quando observamos a evolução da cobertura da mídia sobre o feminicídio conjugal. Até pouco tempo atrás, os jornalistas referiam-se frequentemente a esses crimes como “crimes passionais”. Inspirados por inúmeras iniciativas ativistas, vários jornais criaram unidades investigativas dedicadas ao feminicídio desde 2017, seguindo o exemplo do *Le Monde*, que contratou diversos jornalistas em março de 2019 para uma análise detalhada dos feminicídios conjugais cometidos em 2018. Iniciativas semelhantes foram lançadas pela imprensa regional, especialmente pelo *Ouest France*. Os editores do principal jornal regional francês perceberam que o tratamento do tema do feminicídio conjugal em suas páginas tendia a destacar detalhes sobre os suspeitos, em vez das vítimas. “Partimos do pressuposto jornalístico de que os leitores queriam saber mais sobre o homem que matou sua esposa do que sobre a mulher que foi assassinada. Queríamos fugir das restrições de uma notícia tradicional e contar essas histórias em toda a sua completude”, explica Jennifer Chainay. Durante todo o ano de 2022, ela foi responsável pela cobertura de feminicídios domésticos. Todo mês, aparecia um artigo enumerando esses crimes e contando as histórias das mulheres assassinadas. Embora Jennifer Chainay ainda faça essas coberturas, ela não é mais exclusivamente responsável por elas. Agora, toda a equipe editorial faz a cobertura deste assunto. Jennifer Chainay está animada: “A equipe de redação ainda faz a publicação de um artigo por mês para registrar as vítimas de feminicídio, dando continuidade à pesquisa realizada em 2022”.

RESULTADOS DA PESQUISA DA RSF

Como você acha que o tratamento dado pela mídia aos direitos das mulheres, questões de gênero e/ou violência de gênero mudou desde 2017? Por exemplo, o tom usado para descrever as mulheres, descrições físicas, representações visuais, uso de escrita inclusiva, feminização de manchetes, etc.?

Favoravelmente: **69%** (78 de 113)

Desfavoravelmente: **8%** (9 de 113)

Nenhuma alteração: **23%** (26 de 113)

B/ AVANÇOS NAS REDAÇÕES

Além de reavaliar a cobertura de questões de gênero, cada vez mais veículos de comunicação têm passado por transformações internas desde o #MeToo: criaram o cargo de “editor de gênero”, criaram códigos de ética e estabeleceram redes de autoajuda, especialmente para jornalistas investigativos. O objetivo? Melhorar a cobertura dos direitos das mulheres e da violência de gênero, que até agora tem sido confinada às colunas de assuntos diversos ou do universo feminino.

| EDITORIA DE GÊNERO: NOVA PROFISSÃO, NOVAS PRÁTICAS

No mesmo mês em que o *New York Times* publicou sua primeira reportagem sobre o caso Weinstein, que desencadeou a onda do #MeToo, o jornal americano anunciou a criação do cargo de “editor de gênero”, gerente editorial responsável por garantir a representação adequada de mulheres e minorias de gênero em suas páginas. Essas duas notícias publicadas simultaneamente são o símbolo da evolução das práticas jornalísticas. Jessica Bennett, a primeira jornalista a ser nomeada para esse cargo na mídia, explica sua missão da seguinte forma: “Vejo o gênero como uma lente através da qual enxergamos a narrativa global. Significa escrever sobre feminismo e os papéis das mulheres na política, cultura e economia, mas também cobrir masculinidade, sexualidade, fluidez de gênero, raça e classe, bem como olhar para ciência, saúde, parentalidade e esporte, tudo através dessa lente”. Ela acrescenta: “Também significa pensar em coisas como tom, exibição visual, representação nessa exibição visual, quem está escrevendo os artigos, quem está sendo fotografado nesses artigos, as fontes que citamos e assim por diante”. Jessica Bennett deixou o cargo de editora de gênero em 2020 para assumir o papel de repórter, com foco específico em questões de gênero. Ela não foi substituída, mas a cobertura de questões de gênero ganhou um espaço permanente nas colunas do jornal, principalmente na seção *Gender* (Gênero) do *New York Times*.

De acordo com informações coletadas pela RSF, com a decisão do *New York Times*, dezenas de outros jornais internacionais também nomearam editoras e editores de gênero, marcando uma mudança estrutural na cobertura da mídia e na representação dos direitos das mulheres e das minorias. O papel desses jornalistas é multissetorial e abrange toda a equipe da redação, desde a análise da proporção de mulheres especialistas entre as fontes dos jornalistas até a maneira como os corpos femininos e das minorias são retratados na escolha das ilustrações. Trata-se também de incentivar reportagens sobre temas que antes não eram notícia, como a violência de gênero.

RESULTADOS DA PESQUISA DA RSF

27%

Mais de um quarto dos correspondentes da RSF (27%) estão cientes de que pelo menos uma posição de editor de gênero está sendo criada em seu país.

Na Espanha, o jornal *El País* e o portal online *El Diario* criaram esse cargo em 2018. No ano seguinte, em 2019, o *Daily Nation*, maior jornal independente da África Oriental, com sede em Nairóbi, Quênia, nomeou Dorcas Muga-Odumbe para um cargo semelhante. Em 2022, Megha Mohan foi nomeada pela BBC em Londres. Ela também é responsável por escrever reportagens sobre direitos das mulheres, minorias sexuais, gênero, etnia e religião. Antes disso, em março de 2018, ela publicou uma reportagem sobre como o movimento #MeToo afetou mulheres que buscavam asilo no Reino Unido, e que enfrentavam dificuldades e riscos específicos quando decidiam registrar uma queixa sobre violência de gênero. Na França, o jornal online *Mediapart* nomeou Lenaïg Bredoux para o cargo de editora de gênero em 2020 – antes de eleger sua codiretora editorial em outubro de 2023.



Jessica Lopez, jornalista da Agence
France-Presse
@AFP

A Agence France-Presse (AFP), que realizou uma pesquisa inicial interna em 2017 sobre a representação das mulheres em seu conteúdo e em sua equipe editorial, passou a adotar, desde então, uma série de mudanças em suas práticas: atualização do manual do jornalista com versões femininas para títulos e funções; diversificação das fontes para evitar entrevistar somente especialistas homens; lembretes sobre as instruções para evitar estereótipos ou a descrição inadequada do corpo ou das roupas das mulheres. No final de 2021, a agência também lançou cursos de treinamento interno sobre a representatividade das mulheres em relação aos conteúdos produzidos pela agência e está distribuindo fichas práticas para incentivar a presença de mulheres especialistas em todos os conteúdos. “Todos os jornalistas foram impactados pelo #MeToo. Particularmente, o movimento trouxe à tona assuntos que antes não tinham lugar na grande mídia, como questões de parentalidade, violência de gênero ou debates políticos em torno do aborto”, analisa Jessica Lopez, jornalista da AFP. Para acompanhar essa transição, a jornalista foi nomeada em 2022 para o cargo de editora central adjunta, responsável por questões de diversidade e gênero. “A simples criação desta posição gerou conscientização, o que mostra a importância desses assuntos”, acredita.

A AFP também se juntou ao sociólogo Gilles Bastin, da Sciences Po Grenoble, para trabalhar em uma ferramenta para contar representações de gênero em conteúdo escrito. “A quantificação é fundamental”, admite Jessica Lopez. “Somos particularmente responsáveis como agência de comunicação por estarmos no topo da cadeia e levarmos informações ao restante da mídia”. Ela conclui: “Essas práticas são novas e precisamos questionar e oferecer treinamento constante sobre esses assuntos para garantir que nenhum aspecto importante dessa questão fique de fora. Devemos destacar que esses assuntos, ligados à era do #MeToo, não são assuntos ‘femininos’, mas sim tópicos que devem ser tratados de forma factual e jornalística, como todos os demais assuntos”.

Um fenômeno semelhante pode ser observado em redações latino-americanas, como no principal jornal argentino, *Clarín*. Mariana Iglesias foi nomeada editora de gênero em junho de 2019 (veja a caixa de texto). No Brasil, a jornalista Flavia Lima foi nomeada para o cargo em 2019 no jornal *Folha de S. Paulo*. Ela trabalhou no desenvolvimento do aplicativo *Voz Delas* em parceria com o Google, que é uma ferramenta que quantifica a representatividade das mulheres entrevistadas pelo jornal e sugere perfis de especialistas. “Cobrir temas como desigualdades no local de trabalho, carreira, envelhecimento, saúde e bem-estar a partir de uma perspectiva de gênero é crucial para um jornal que pretende atuar no interesse público e atender o seu público”, assegura Flavia Lima antes de acrescentar: “Todos os nossos esforços na área de gênero deram resultados, com as mulheres agora representando 50% das novas assinaturas do jornal *Folha de S. Paulo*”.



Mariana Iglesias

Jornalista

“As perspectivas sobre gênero na mídia devem ser multissetoriais”

Mariana Iglesias foi a primeira jornalista na Argentina a ser indicada para o cargo de editora de gênero, em 2019, no jornal argentino *Clarín*. Cinco anos depois, ela reflete sobre o impacto de seu trabalho.

Em que contexto foi criado o cargo de editor de gênero no seu jornal?

Eu pedi que esta posição fosse criada em 2018. Naquele ano, na Argentina, a possibilidade do aborto legal, seguro e gratuito foi discutida pela primeira vez no Congresso. O movimento a favor desta reforma foi apoiado por ativistas feministas e centenas de milhares de jovens marchando nas ruas. Ao mesmo tempo, uma atriz famosa, Thelma Fardin, também relatou o abuso que sofreu quando adolescente por um ator 30 anos mais velho. Este foi o #MeToo da Argentina, quando milhares de mulheres ousaram falar e denunciar casos de assédio e estupro.

A hashtag #MiraComoNosPonemos (“Veja o que estão fazendo conosco”) estava então surgindo nas redes sociais simultaneamente às grandes marchas associadas ao movimento #NiUnaMenos (“Nem uma [mulher] a menos”).

Exatamente. De fato, consegui que o cargo fosse criado e fui nomeada editora de gênero em 3 de junho de 2019, dia da quarta marcha do #NiUnaMenos contra o feminicídio.

A criação desta posição gerou alguma discussão dentro da sua equipe editorial?

Houve o apoio da maioria dos meus colegas, mas também alguma resistência. Eu podia sentir o medo de que meu papel fosse censurar ou “proibir” certos assuntos ou formas de escrita. Hoje, posso dizer que a maioria dos meus colegas entende perfeitamente que a perspectiva de gênero deve ser levada em conta em todas as disciplinas e em todas as seções do jornal. Manter as questões de gênero na agenda da mídia vai ser sempre um dos nossos objetivos. em pauta na mídia sempre será um de nossos objetivos.

| ESTATUTOS E CÓDIGOS DE ÉTICA

Nos últimos anos, diversas organizações profissionais e de mídia ao redor do mundo reformularam seus estatutos e códigos de conduta ética para promover e apoiar de forma mais eficaz jornalistas que atuam na cobertura da violência de gênero.

RESULTADOS DA PESQUISA DA RSF

42%

das pessoas entrevistadas observam que organizações profissionais e de mídia têm elaborado estatutos de ética, códigos de conduta ou guias de boas práticas relacionados à cobertura dos direitos das mulheres, questões de gênero e/ou violência de gênero.

Em suas [previsões estratégicas para 2028](#), publicadas em julho de 2023, a Independent Press Standards Organisation (IPSO), principal agente regulador do setor de jornais e revistas do Reino Unido, incluiu [uma carta para a cobertura](#) de questões de sexo e gênero. Outro exemplo é o *Asahi Shimbun*, um dos maiores jornais do Japão, que em abril de 2020 emitiu uma declaração de igualdade de gênero com o compromisso de dobrar a proporção de executivas na empresa e reformular o conteúdo do jornal para ampliar a representação feminina. Ao mesmo tempo, o jornal inaugurou uma seção online chamada “Pense em gênero”, que destaca artigos sobre esse tema. No mesmo ano, a seção “Universa” do portal de notícias brasileiro Universo Online (UOL), dedicada à cobertura da violência contra as mulheres, lançou um [guia de boas práticas](#) para denunciar casos de violência contra mulheres. Em 2023, a Axelle Magazine publicou o [manual *Pour un journalisme féministe*](#) [Por um jornalismo feminista], que a equipe define como uma forma de “colocar o mundo de volta aoseixos”. O manual clama por maior inclusão e diversidade no cenário da mídia.

As organizações internacionais também fizeram a sua contribuição, como a Unesco e a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres – ONU Mulheres –, que publicaram diversas cartas e guias de boas práticas nesse sentido, como o [manual de 2023](#) sobre planos de ação nacionais multissetoriais para prevenir a violência contra mulheres e meninas. Em particular, recomenda-se “estabelecer parcerias com redes e associações de jornalistas feministas [...] a fim de ampliar a mensagem pública sobre a eliminação da violência contra as mulheres”.

RESULTADOS DA PESQUISA DA RSF

Para quase **57%** dos correspondentes internacionais da RSF, ou seja, **64** pessoas de **112** países, a proporção de especialistas mulheres citadas na mídia vem crescendo desde 2017.

Diretórios de especialistas para maior diversidade na cobertura jornalística

Um quinto, ou seja, 24%, dos especialistas citados em notícias são mulheres, de acordo com um estudo de 2020 realizado pelo Global Media Monitoring Project (GMMP). Para preencher essa lacuna, muitos diretórios online sugerem especialistas mulheres para profissionais de meios de comunicação. É o caso do banco de dados InterviewHer, que reúne uma lista de mulheres especialistas em segurança internacional, incluindo analistas, ex-presas políticas, ativistas de direitos humanos, entre outras. Este projeto foi lançado em 2019 pela Nobel Women's Initiative, organização com sede em Ottawa, Canadá, fundada em 2006 por seis laureados com o Prêmio Nobel da Paz, incluindo a jornalista filipino-americana Maria Ressa.

Outro exemplo é o projeto Les Expertes [Os especialistas], em língua francesa, lançado em 2015. Este site é conhecido nas redações de língua francesa e 14 empresas de mídia e imprensa contribuem para seu financiamento, incluindo o grupo privado TF1 e o grupo público Radio France. Na Europa, o diretório do The Brussels Binder existe desde 2017.



© Captura de tela do site Reflect Reality

A plataforma americana [Reflect Reality](#) (Refletir a Realidade), fundada em 2020 com o objetivo de oferecer diversas ferramentas para ampliar o envolvimento das mulheres na mídia, apresenta cerca de 50 diretórios organizados por competência e área, como: “*Diversify chemistry*” (Diversificação em química), “*Woman in machine leading*” (Mulheres no comando de máquinas), “*Women in Tech Africa*” (Mulheres na África Tecnológica) ou “*SourceHer!*”. Na África do Sul, a ONG Quote this Woman, fundada em 2019 e liderada por Kathy Magrobi, além de oferecer cursos de treinamento, desenvolveu um banco de dados que auxilia jornalistas a corrigir esse desequilíbrio predominante. Jornalistas citam homens e especialistas do sexo masculino cerca de quatro vezes mais do que mulheres na mídia. Em março de 2024, duas empreendedoras australianas, Phoebe Saintilan e Hannah Divine, lançaram a plataforma digital Missing Perspectives: um aplicativo que visa conectar mulheres jornalistas e escritoras com redações internacionais a fim de promover histórias e reportagens de mulheres de todas as regiões do mundo.

C/ A ASCENSÃO DAS REDES DE JORNALISMO QUE COBREM VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Desde o #MeToo, não apenas as redações começaram a se mobilizar, mas também jornalistas se uniram para desenvolver projetos investigativos em larga escala sobre violência de gênero, propor soluções para uma cobertura mais eficaz dos direitos das mulheres e oferecer apoio mútuo para melhorar as condições de trabalho. De acordo com 56% das pessoas entrevistadas pela RSF, desde 2017 mais redes vêm surgindo para conectar jornalistas sobre essas questões.

I REDES INTERNACIONAIS DE PESQUISA

Jornalistas estão se mobilizando para desenvolver projetos investigativos em larga escala sobre violência de gênero. Jornalistas do coletivo Youpress, de diversas regiões da França e da Suécia, publicaram em 2023 a inovadora pesquisa *Femmes à abattre* (“Mulheres ao abate”), que lista quase 300 mulheres ativistas assassinadas em 58 países entre 2010 e 2022, incluindo jornalistas (veja a caixa de texto). Na África, a rede Cenozo de jornalistas investigativos, criada em 2015 em Burkina Faso, aborda com frequência

questões de gênero, como a participação feminina nas eleições e temas econômicos relacionados a produtos de higiene feminina. A primeira rede internacional de jornalistas dedicada exclusivamente à cobertura do feminicídio, abrangendo desde o México até o Canadá, com a inclusão da Europa, está sendo criada. “Precisamos de treinamento específico e de um espaço para que os jornalistas compartilhem experiências ao lidar com esse tipo de conteúdo, inclusive em termos de proteção”, diz Brigitte Leoni, documentarista que está desenvolvendo a rede na Itália e que também busca influenciar políticas públicas. Cerca de vinte participantes já fizeram parte de trocas, principalmente com porta-vozes da ONU Mulheres na América Latina e no Caribe. Segundo Brigitte Leoni, o jornalismo nos permite “entender as causas e então considerar quais ações tomar”.

FINANCIAMENTO PARA INVESTIGAÇÕES SOBRE DIREITOS DAS MULHERES

No cenário internacional, diversos programas de financiamento oferecem bolsas específicas para repórteres que cobrem a violência de gênero. Alguns deles já existiam muito antes do #MeToo, como a International Women’s Media Foundation (IWMF). A organização, sediada em Washington, distribui bolsas para mulheres e jornalistas não binários desde a década de 1990. Um de seus programas apoia projetos relacionados aos direitos reprodutivos e financiou uma série de investigações sobre as consequências da revogação da decisão proferida ao caso *Roe vs. Wade* em 2022, que até então garantia o direito constitucional ao aborto. Entre os bolsistas estão Eleanor Klibanoff, jornalista do site de notícias Texas Tribune, que investigou as condições de acesso à educação sexual no Texas, e Monica Obradovic, jornalista do periódico *Riverfront Times*, que investigou redes alternativas para obtenção de pílulas abortivas no Missouri.

Como a luta pelos direitos das mulheres é uma das principais questões da agenda política internacional, as iniciativas de redes de jornalistas que abordam esses temas contam com apoio financeiro. A ONU apoia as atividades da Rede Internacional de Jornalistas com Perspectiva de Gênero (RIPVG), bem como as atividades da Rede de Mulheres Editoras de Gênero na Argentina — espaço de intercâmbio e apoio entre editoras de gênero, cofundada por Mariana Iglesias, do *Clarín*, em novembro de 2021. “A ONU decidiu nos apoiar quando começamos a perceber que havia um movimento tanto global quanto local contra o gênero, criticando e ridicularizando nosso papel, opondo-se ao princípio de igualdade, progresso e justiça social”, resume Mariana Iglesias, antes de enfatizar: “O apoio da ONU é muito importante para nós em tempos de retrocesso”.

RESULTADOS DA PESQUISA DA RSF

MAIS REDES E TREINAMENTOS

Quase **50%** dos correspondentes internacionais da RSF acreditam que existem atualmente mais **associações de mulheres jornalistas ou jornalistas feministas** em comparação com 2017.

73% acreditam que mais **treinamentos vêm sendo oferecidos a jornalistas** sobre direitos das mulheres, questões de gênero e/ou violência de gênero desde 2017.



Sophie Boutboul

Jornalista



Rouguyata Sall

Jornalista

Mulheres ao abate

“Nossa pesquisa está quebrando o silêncio sobre o feminicídio político”.

Femmes à abatte (“Mulheres ao abate”) é uma pesquisa emblemática sobre o impacto do jornalismo na era do #MeToo, que documenta o assassinato de quase 300 mulheres ativistas em 58 países entre 2010 e 2022. Entre as vítimas estão jornalistas que lutam pelos direitos das mulheres e LGBTQI+, assim como pela preservação ambiental. Este ambicioso projeto é liderado pelo coletivo Youpress de jornalistas independentes. Conheça duas de suas integrantes, Sophie Boutboul e Rouguyata Sall, que também fazem contribuições frequentes à RSF.

Como a **Femmes à abatte** surgiu?

Sophie Boutboul: Em 2016, já havíamos iniciado uma investigação colaborativa com a Youpress sobre o estupro como arma de guerra, chamada Impunidade Zero. O tema dos assassinatos políticos de mulheres, por serem questões públicas, surgiu durante essa investigação. Nenhuma investigação jornalística de grande escala havia sido realizada sobre esse fenômeno.

O que os dados compilados por vocês revelam?

Rouguyata Sall: Examinamos quase 500 casos com o uso de diversos bancos de dados abertos. Nossa investigação começou em 2010, ano em que a ONU emitiu pela primeira vez um relatório alarmante sobre a situação das mulheres defensoras dos direitos humanos ao redor do mundo. Apesar da falta de interesse judicial e jornalístico em esclarecer esses casos, identificamos 82 feminicídios políticos comprovados e outros 287 casos em que uma série de indícios nos leva a supor que também se tratam de feminicídios políticos.

SB: Esses dados destacam características específicas, como o «overkilling» (excesso de violência): ataques violentos aos corpos das mulheres

Vocês contabilizaram 11 assassinatos de mulheres jornalistas, vítimas principalmente devido ao seu compromisso com os direitos das mulheres.

RS: Um exemplo é o assassinato da jornalista paquistanesa Shaheena Shaheen em setembro de 2020 por seu marido, que não aceitava que ela fosse uma figura pública em virtude de seu trabalho como jornalista. Isso é classificado como feminicídio doméstico e político. A investigação ainda está

em andamento. Seu assassinato é um lembrete de que, em certos lugares do mundo, ser mulher e jornalista por si só já constitui uma forma de ativismo.

Qual impacto o #MeToo teve no seu trabalho?

SB: A violência de gênero vem ganhando cada vez mais destaque na imprensa desde 2017. O acesso a fontes abertas também se tornou menos complicado, uma vez que os tópicos de discussão surgem nas redes sociais. No entanto, pesquisadores e associações especializadas em violência de gênero já abordavam esse assunto muito antes do #MeToo, e a ONU denuncia a violência reiterada contra mulheres ativistas desde 2010. Ou seja, a questão do feminicídio político já existe há décadas. Ela só não era muito discutida.

Como você financiou esse trabalho investigativo?

RS: Nosso principal parceiro foi a Mediapart. Também recebemos o apoio da revista La Déferlante e de outros dois meios de comunicação belgas, a Axelle Magazine e o site investigativo Apache. Ganhamos uma bolsa do fundo Pascal Decroos, que apoia projetos investigativos na mídia belga e holandesa. No entanto, essas contribuições não foram suficientes para cobrir os quatro anos de investigação.

SB: Solicitamos diversas outras bolsas, que foram recusadas sob a alegação de que nosso trabalho era militante e não jornalístico. No entanto, nosso trabalho como jornalistas contribui para quebrar o silêncio em torno desses crimes e estamos, à nossa maneira, ajudando a proteger aqueles que hoje estão sob ameaça.

GRUPOS DE APOIO MÚTUO EM ESCALA NACIONAL

Os jornalistas não estão apenas se unindo a redes investigativas, mas também criando redes locais para guiar questões editoriais, oferecer treinamentos e apoiar uns aos outros. Impulsionadas pelo movimento #MeToo, essas redes estão sendo formadas principalmente em resposta a escândalos de assédio e agressões sexistas e sexuais dentro das redações.

“Precisamos nos unir para discutir nossas condições de trabalho e refletir sobre o conteúdo que produzimos”, explica a documentarista de rádio Julie Bianchin, membro do coletivo Journalista, fundado em 2021 na Suíça francófona. Cerca de 50 mulheres e jornalistas não binários de diversas redações são filiadas a ele. “O Journalista foi lançado após o surgimento do caso Darius Rochebin”, acrescenta a integrante da rede Alice Randegger, jornalista do jornal *La Tribune de Genève*. O caso foi revelado por uma investigação publicada em outubro de 2020 no jornal *Le Temps*, que expôs acusações de assédio sexual contra um dos principais apresentadores da Radio Télévision Suisse (RTS). A Société Suisse de radiodiffusion et télévision (SSR), à qual a RTS pertence, conduziu uma investigação interna e não encontrou nenhuma conduta criminosa por parte do ex-apresentador, mas também não contestou os elementos revelados pela apuração do *Le Temps*. “Pode ser bem desafiador incentivar investigações sobre violência sexista e sexual, especialmente quando enfrentamos tantas dificuldades para abordar esses temas dentro de nossas próprias redações”, lamentam os membros do Journalista.

O mesmo vale para os jornalistas da rede Japanese Women in Media (Mulheres Japonesas na Mídia), criada em 2021. “Relatórios sobre questões sociais ou políticas que afetam mulheres e crianças raramente recebem destaque na primeira página e não são tratados com a devida seriedade”, observa o coletivo, que reúne cerca de cem membros. Essas dinâmicas se refletem na mídia japonesa, onde as mulheres representam apenas 20% das equipes das principais emissoras e jornais. Quase nenhuma delas ocupa cargos gerenciais na mídia japonesa. Como isso exerce “um impacto profundo sobre a forma como as histórias são contadas e, principalmente, sobre quais vozes são ouvidas”, a associação oferece cursos de capacitação para mulheres que trabalham na mídia.

Na Ucrânia, a rede Women in Media (Mulheres na Mídia) foi criada após um comentário sexista feito pelo ex-presidente Petro Poroshenko a uma jornalista. Em fevereiro de 2018, o chefe de Estado se dirigiu a uma jornalista em uma entrevista coletiva usando a expressão “minha querida”. “Quando o presidente disse essa frase, ela foi dirigida não apenas a essa jornalista, mas também a mim e a todas as mulheres que trabalham na mídia”, lembra Liza Kuzmenko, que trabalhava para a rádio independente Hromadske na época. Em 8 de março de 2018, ela lançou o #ятобінедоргенька (“Eu não sou sua querida”) nas redes sociais, “para apoiar a jornalista e chamar a atenção aos políticos”. Poucos meses depois, junto com Victoria Yermolaeva, também jornalista da rádio Hromadske, ela criou a Women in Media. “Tudo começou com um pequeno grupo no Facebook, que agora reúne 1.500 mulheres jornalistas, editoras, produtoras e outras profissionais de mídia femininas, não binárias e transgênero de todas as regiões da Ucrânia”, compartilha Liza Kuzmenko. “Nós nos fortalecemos e lutamos contra a discriminação de gênero nas redações e no conteúdo. Nossos objetivos são promover um jornalismo com perspectiva de gênero e aumentar a presença de mulheres na mídia, especialmente em cargos de tomada de decisão”.

Para combater a discriminação de gênero, o assédio e as agressões que as jornalistas podem sofrer nas redações, muitas profissionais se uniram em 2020, no Egito, durante o movimento #MeToo, formando o grupo نصدق الناجيات (“Acreditamos nas sobreviventes”). Nas redes sociais e através do blog دفتر حكايات (“Livros de História”), elas coletaram e tornaram públicos centenas de depoimentos anônimos e inéditos de jornalistas. Na mesma linha, em 2020, outras profissionais fundaram a associação صحفيات مصريات (“Mulheres Jornalistas Egípcias”) com o objetivo de exigir reformas na proteção a jornalistas mulheres na mídia. Desde então, elas vêm enfrentando violentas campanhas de intimidação na internet. No Paquistão, a Associação de Mulheres Jornalistas do Paquistão (WJAP) vem trabalhando desde 2021 contra a marginalização de jornalistas mulheres e, em 2024, publicou o relatório Redações Desiguais - Uma auditoria de gênero nas Organizações de Mídia Paquistanesas.



Solidariedade para Rasha Azab, 2022 (jornalista e escritora, processada por seu apoio declarado às vítimas de violência sexual) © Página do Facebook Book of Tales - Testemunhos de violência sexual no Egito



Liza Kuzmenko apresenta as diretrizes sobre a cobertura da mídia sobre igualdade entre mulheres e homens, prevenção da violência, discriminação de gênero e estereótipos de gênero, 2023.
©Women in media

UCRÂNIA: WOMEN IN MEDIA, A REDE QUE CAPACITA JORNALISTAS PARA COBRIR QUESTÕES DE GÊNERO EM TEMPOS DE GUERRA

Em 2022, no contexto da invasão russa, a rede Ukrainian Women in Media (Mulheres Ucranianas na Mídia) estabeleceu uma parceria com a La Strada, uma das principais organizações de direitos das mulheres do país, para oferecer aos jornalistas um curso de treinamento online intitulado “Fortalecendo a capacidade da mídia independente e dos jornalistas de cobrir a violência de gênero em tempos de guerra”. O objetivo era conscientizar os repórteres sobre violência doméstica, violência sexual e os riscos do tráfico e exploração de mulheres em tempos de guerra e dar a eles as ferramentas corretas. “A mídia ucraniana se concentra principalmente nos eventos em si, enquanto as histórias de mulheres e meninas, refugiados e suas famílias, bem como de mulheres com deficiência ou que cuidam de seus filhos, ficam de fora da cobertura”, destaca a jornalista Liza Kuzmenko, uma das idealizadoras do projeto. Entre as recomendações estavam:

- > **Proteger o anonimato e a dignidade** das pessoas entrevistadas;
- > **Uso de terminologia correta** para evitar minimizar ou “romantizar” a violência cometida;
- > **Tolerância zero à violência:** o entrevistado não é responsável pelos atos sofridos;
- > **Elaboração de perguntas sem causar novos traumas** ao entrevistado solicitando muitos detalhes;
- > **Aceitar não ter um depoimento** se o entrevistado tiver dificuldade em falar;
- > **Ter contatos de emergência psicológica, médica e jurídica** para redirecionar os entrevistados.

A Women in Media forneceu apoio financeiro a cerca de 50 repórteres regionais para incentivá-los a cobrir essas histórias.



Bettie Johnson Mbayo
Jornalista investigativa

“Precisamos de mais investigações sobre os direitos das mulheres”

A jornalista investigativa Bettie Johnson Mbayo ganhou o prêmio de jornalismo do Sindicato da Imprensa da Libéria por seu trabalho sobre os direitos das mulheres.

Na sua opinião, qual foi o impacto do #MeToo na Libéria?

O movimento #MeToo teve um impacto significativo sobre os jornalistas, especialmente na Libéria, onde o domínio masculino prevalece na mídia. Da mesma forma, houve diversas denúncias de violência de gênero cometida por chefes homens que praticam bullying ou intimidam mulheres nas redações, tanto em emissoras quanto em mídias impressas. O movimento #MeToo na Libéria, especialmente no setor de mídia, não foi abafado pela disparidade salarial nem pelos cargos gerenciais e editoriais, que proporcionam um ambiente seguro para que jornalistas mulheres concorram com seus colegas homens.

Quando e por que você começou a investigar os direitos das mulheres na Libéria?

Eu já sofri a minha cota de violência na Libéria. Vi familiares, amigos e colegas de trabalho passando por experiências similares. Ter sido criada por uma mãe solteira me coloca em uma posição de vencer as adversidades e garantir que eu chegue ao topo. Em 2017, quando investiguei a história de um parlamentar que supostamente estuprou e engravidou uma menor de 13 anos que estava em sua casa, senti que era necessário ir mais além, em vez de apenas fazer reportagens superficiais. Publiquei várias investigações para a plataforma FrontPage. Essa história me deixou em destaque, embora eu tivesse investigado vários outros casos envolvendo os direitos das mulheres. Investigo essas histórias porque sinto que nosso país está politicamente entrincheirado e ignora as ondas de violência

contra mulheres e meninas. Por isso, é fundamental responsabilizar os autores e seus cúmplices.

Você foi impedida de realizar sua investigação sobre os direitos das mulheres?

Quando eu denunciei esse caso sobre o legislador, tive que me mudar de casa porque minha família virou alvo.

Mais tarde, denunciei como um hospital de referência mantinha internadas mulheres que haviam dado à luz por não conseguirem pagar suas contas. O diretor médico, que era tutor do meu marido, ameaçou impedir sua formatura em medicina

Tivemos que fazer uma separação de fachada, enquanto pessoas intercediam em favor do meu marido junto ao diretor médico. Houve momentos em que fui atacada abertamente pelos abusadores nas histórias em que escrevi. Recuei? Não, porque se eu fizer isso significa que haverá mais problemas de violência contra as mulheres. Sinto que as mulheres estão contando comigo e com meus colegas profissionais para continuar elevando o padrão do jornalismo feito por mulheres.

Você trabalhou com ou se beneficiou do apoio de uma rede de jornalistas?

Em 2020, um colega e eu fundamos o The Stage Media – uma rede dedicada à verificação de fatos e investigações. Acreditamos que é essencial oferecer suporte contínuo para garantir um aumento nas denúncias e investigações sobre os direitos das mulheres.

2 | A PERPETUAÇÃO DE ATOS DE VIOLÊNCIA CONTRA JORNALISTAS

RESULTADOS DA PESQUISA DA RSF

AS MÚLTIPLAS FORMAS DE VIOLÊNCIA SOFRIDAS POR JORNALISTAS ESPECIALIZADOS

Mais de um quarto das pessoas entrevistadas (27%) acredita que, em seu país, é perigoso para jornalistas cobrir temas relacionados aos direitos das mulheres, questões de gênero e/ou violência de gênero. Essa violência assume muitas formas.

Quase 60% de todas as pessoas entrevistadas pela RSF (67 em 113) conhecem pelo menos um caso de jornalista, especialista ou não, que tenha sido **vítima de violência de gênero em virtude de seu trabalho**. Por exemplo, ameaça de estupro, assédio sexual, deepfake pornográfico, etc.

Mais de 60% das pessoas entrevistadas conhecem pelo menos um caso de jornalista que trabalha com direitos das mulheres, questões de gênero e/ou violência de gênero e que foi **vítima de cyberstalking** em virtude de seu trabalho. Essa é uma realidade observada em pelo menos 69 dos 112 países representados neste estudo.

Quase um quarto das pessoas entrevistadas (27 de 113, ou 24%) conhece pelo menos um caso de jornalista que trabalha com direitos das mulheres, questões de gênero e/ou violência de gênero e que **recebeu ameaças de morte em virtude de seu trabalho**.

Um em cada cinco das pessoas entrevistadas (21 de 113) conhece pelo menos um caso de jornalista que trabalha com direitos das mulheres, questões de gênero e/ou violência sexual e de gênero que foi **vítima de agressão física em virtude de seu trabalho**.

13% das pessoas entrevistadas conhecem pelo menos um caso de jornalista que trabalha com direitos das mulheres, questões de gênero e/ou violência de gênero e que foi **vítima de um ataque em virtude de seu trabalho**.

Mais de 20% das pessoas entrevistadas (24 de 113) conhecem pelo menos um caso de jornalista que trabalha com direitos das mulheres, questões de gênero e/ou violência sexual e de gênero e que foi **processado judicialmente por crime contra a honra em virtude de seu trabalho**.

7% conhecem pelo menos um caso de jornalista que trabalha com direitos das mulheres, questões de gênero e/ou violência sexual e de gênero e que foi **preso**.

12% conhecem pelo menos um caso de jornalista que trabalha com direitos das mulheres, questões de gênero e/ou violência de gênero e que teve de deixar a profissão por medo de represálias em virtude de seu trabalho.

19% estão cientes de pelo menos um caso de jornalista que trabalha com direitos das mulheres, questões de gênero e/ou violência de gênero que foi **obrigado a trabalhar de forma clandestina ou a usar um pseudônimo**.

A impunidade persiste: 93% das pessoas entrevistadas para a pesquisa da RSF não têm conhecimento de nenhum abusador que tenha sido condenado por um ataque contra jornalista que trabalha com direitos das mulheres, questões de gênero e/ou violência de gênero.

1/ JORNALISTAS VULNERÁVEIS AO ASSÉDIO CIBERNÉTICO

Embora reportagens sobre os direitos das mulheres tenham ganhado mais destaque e apesar da criação de redes para impulsioná-las, ainda existe um elemento de risco ao fazer uma investigação relativa a esse tema.

| VIOLÊNCIA VIRTUAL COM CONSEQUÊNCIAS NA VIDA REAL

Uma pesquisa realizada pelo International Centre for Journalists - ICFJ (Centro Internacional de Jornalistas) e citada no relatório da Coalizão Contra a Violência Online revela que, em todo o mundo, quase três em cada quatro mulheres jornalistas foram vítimas de violência online. Além disso, 20% das mulheres entrevistadas relataram ataques offline que ocorreram após a violência online. As mulheres têm 27 vezes mais probabilidade de serem alvo de assédio cibernético do que os homens, acrescenta a ONG European Women's Lobby.

Desde que a editora-chefe do jornal chileno *El Ciudadano*, **Josefa Barraza Díaz**, revelou, em fevereiro de 2023, a existência do “La Manada”, grupo de policiais sob investigação por agressões sexuais em celebrações festivas, ela tem sofrido “assédio constante nas redes sociais”. A mesma punição foi imposta à jornalista turca **Hale Gönültaş**, que vem recebendo ameaças de morte por cobrir a situação da minoria Yazidi, perseguida pelo Daesh (Estado Islâmico), com homens assassinados e inúmeras mulheres capturadas e forçadas a se tornarem escravas sexuais pelos extremistas. Em maio de 2022, ela publicou uma longa reportagem sobre o lugar das mulheres em grupos próximos ao Estado Islâmico. As represálias contra ela se intensificaram na internet e por telefone quando ela recebeu o prêmio Erbil Tusalp da Fundação para Pesquisa Social, Cultural e Artística (TAKSAV).

Se a jornalista nigeriana **Kiki Mordi** pode afirmar que mudou a lei do país, agora paga por isso com a sua própria segurança. A investigação *Sex for Grades* (Sexo por notas) sobre assédio sexual no ensino superior na Nigéria e em Gana, exibida em 2019 no programa “Africa Eye” da BBC, impulsionou mudanças legislativas na Nigéria para punir esse tipo de abuso. “Passei vários meses reunindo provas para expor esse sistema de corrupção”, lembra Kiki Mordi, que foi a personagem principal do documentário, aparecendo diante das câmeras como repórter. *Sex for Grades* foi indicado ao Emmy nos Estados Unidos em 2020. Enquanto isso, a vida de Kiki Mordi se tornou um verdadeiro inferno. “Meus dados pessoais vazaram online, meu número de telefone, meu endereço de e-mail, meu local de residência e informações sobre meus parentes”, ela enumera. Teorias da conspiração também foram espalhadas na Internet para desacreditar seu trabalho. Para garantir a sua segurança, Kiki Mordi se mudou três vezes sem informar seus familiares e amigos próximos sobre seu novo endereço. “Até meus posts foram enviados para outro endereço por precaução”, conta a jornalista, que tem quase 130 mil seguidores no X (antigo Twitter). Para Rosa Maria





Bilan Media © UNDP/2023/Fadhaye

Rodriguez Quintanilla, diretora executiva da Rede Internacional de Jornalistas com Perspectiva de Gênero (RIPVG), isso é óbvio: “As formas mais frequentes de violência contra jornalistas feministas são ameaças e ataques digitais, que muitas vezes podem passar do virtual para a vida real, afetando sua segurança, liberdade de expressão, saúde mental e até mesmo a saúde de suas famílias”. Hoje, Kiki Mordi lamenta um fato inevitável: “Nenhuma mulher que fale publicamente na Nigéria está segura”.

Infelizmente, o mesmo se aplica em outras partes do mundo. Na França, jornalistas que trabalham com desigualdades de gênero e são identificadas como feministas também são alvos regulares de perseguidores virtuais; **Salomé Saqué**, que trabalha para a Blast, define o assédio cibernético como “denegrir, desacreditar, fazer organização em massa”, e é constantemente alvo de ataques. “O assédio cibernético tem um grande impacto no meu trabalho como jornalista”, diz ela. “Levo esse risco em consideração quando faço o meu trabalho. Há certos assuntos que me recuso a abordar em determinados momentos por não ter forças”. Salomé Saqué também foi alvo de uma forma específica de intimidação e ataque online: deepfakes pornográficos, ou seja, fotos dela que foram manipuladas para fazê-la aparecer nua. “Em termos concretos, o cyberstalking causa ansiedade. Você pode dizer que está ignorando, que não está prestando atenção, mas ainda assim você viu e leu a respeito. Esses deepfakes contribuem para um clima em que sentimos que precisamos ter cuidado com tudo o que dizemos, fazemos e publicamos”, ela continua.

O fenômeno dos deepfakes pornográficos não é exatamente novo, mas os avanços recentes em ferramentas de inteligência artificial generativa tornaram sua produção consideravelmente mais fácil. A ampla disponibilidade de tecnologias poderosas e de uso intuitivo tem amplificado esse tipo de violência. Por isso, Salomé Saqué teve de tomar algumas providências para se proteger: “Minhas contas nas redes sociais, que são alvo frequente de tentativas de invasão, estão especialmente protegidas. Costumo definir minhas contas como privadas para reduzir os ataques de assédio cibernético quando eles ocorrem. E quando os ataques acontecem e as coisas ficam difíceis, peço a algumas pessoas próximas que monitorem minhas redes por mim”.

IMPUNIDADE PARA O ASSÉDIO CIBERNÉTICO

Quando a jornalista turca **Hale Gönültaş** registrou uma queixa em maio de 2022, o Ministério Público de Ancara concluiu que não havia provas suficientes para abrir um processo criminal. Em 18 de dezembro de 2023, o seu recurso foi negado e o caso foi arquivado.

“A maioria dos casos de violência online contra mulheres jornalistas não são denunciados e, quando o são, não são investigados com a rapidez e a eficácia que deveriam, para punir os responsáveis pelo crime”, lamenta Rosa Maria Rodriguez Quintanilla. Rosa Maria também apela à responsabilidade das plataformas digitais. “Muitos ataques são possíveis devido ao anonimato de que os usuários desfrutam”, lembra ela, resumindo a situação da seguinte forma: “O anonimato é bem-vindo, especialmente em áreas repletas de silêncio, onde as condições não permitem a liberdade de expressão, mas esse anonimato deve cessar quando o usuário da rede social viola os direitos dos jornalistas”. Em 2021, no relatório anterior da RSF intitulado [Sexism's toll on journalism](#) (“O impacto da discriminação de gênero no jornalismo”), Michelle Ferrier, professora da Escola de Jornalismo da Universidade da Flórida e fundadora da TrollBusters, plataforma digital americana de apoio a jornalistas mulheres e combate ao assédio cibernético, já alertava: “Estamos enfrentando desafios tecnológicos cada vez maiores e precisamos trabalhar junto com as plataformas digitais para combater esse fenômeno”. Três anos depois, a preocupação com relação a essa situação continua a mesma, segundo a especialista: “Freelancers não têm a proteção da redação. Para muitos jornalistas empregados, existe apenas a ilusão de proteção da redação”. A TrollBusters oferece workshops online para ajudar jornalistas a enfrentar os perigos do assédio cibernético, ensinando-os a ter maior controle sobre sua pegada digital, proteger seus dados online, entre outras coisas. “Precisamos nos blindar – todos nós – para nos proteger contra violações de privacidade, vazamentos de dados e ameaças físicas à nossa pessoa, casa, trabalho e sustento”.

RESULTADOS DA PESQUISA DA RSF

44%

das pessoas entrevistadas conhecem pelo menos um caso de jornalista que trabalha com direitos das mulheres, questões de gênero e/ou violência de gênero e que se autocensurou por medo de represálias.

Cobertura dos direitos reprodutivos: um assunto proibido

Na Argentina, no Brasil e na Guatemala principalmente, jornalistas que cobrem questões de direitos reprodutivos são alvo de campanhas violentas de assédio cibernético e intimidação, às vezes partindo diretamente de autoridades políticas.

Quando as jornalistas brasileiras **Paula Guimarães, Bruna de Lara** e **Tatiana Dias** revelaram, em 2022, nos veículos As Catarinas e The Intercept Brasil, que uma vítima de estupro de 11 anos estava sendo forçada por um promotor de justiça do Estado de Santa Catarina a levar uma gravidez adiante, elas sofreram ataques massivos nas redes sociais. Elas também foram alvo de uma comissão parlamentar de inquérito no Estado de Santa Catarina, que pressionou repórteres a divulgarem suas fontes.

Lidar com esse tipo de assunto frequentemente se torna uma verdadeira [prova de força para os jornalistas](#). Já em 2019, a revista investigativa online brasileira AzMina foi alvo de uma série de ameaças, insultos sexuais e incitação ao linchamento nas redes sociais. A causa? A publicação de um artigo sobre as recomendações da Organização Mundial da Saúde sobre o aborto. Essas represálias, lideradas por grupos antiaborto e personalidades conservadoras de direita, foram retransmitidas por deputados federais filiados ao Partido Social Liberal, ao qual o ex-presidente de extrema direita Jair Bolsonaro era filiado, e por Damares Alves, pastora evangélica e então ministra dos Direitos Humanos e Cidadania. Em sua conta no X, ela [acusou AzMina](#) de “glorificação do crime” e anunciou ter feito uma denúncia ao Ministério Público.

O mesmo problema existiu na Argentina, onde **Mariana Iglesias** fez a cobertura sobre a lei do aborto de 2020 para o Clarín. “Recebi inúmeras ameaças de pessoas e grupos contrários a esse direito – desde mensagens nas redes sociais, e-mails enviados ao editor do jornal pedindo minha demissão, até ligações em que me diziam para parar de escrever e ‘tomar cuidado’ ou ‘haveria consequências’”, lembra a jornalista que fez a denúncia. “Eu nunca parei de escrever, mas saí do X [Twitter]. Prefiro me proteger”.

Na Guatemala, **Jovanna Mariám Garcon**, ex-jornalista da revista feminista online Ruda, também relata o assédio que sofreu após cobrir o Dia Internacional do Aborto Seguro em 2020. “Recebi mensagens anônimas nas minhas redes sociais, incluindo ameaças de estupro”, ela conta. Por meio de uma conta falsa, uma pessoa desconhecida a insultou e ameaçou espancá-la e estuprá-la. Algumas semanas depois, enquanto a repórter cobria uma manifestação, ela foi atacada por um desconhecido armado com uma barra de ferro, que a chamou de “feminista disfarçada”. Para se proteger, a repórter decidiu se afastar do campo e assumir um cargo de gerente de comunidade.



Captura de tela do site de notícias Ruda

| O RISCO DA AUTOCENSURA

A jornalista **Kiki Mordi** finalmente decidiu dar uma pausa em quase todas as suas atividades na mídia para se dedicar à indústria cinematográfica “Mas, no fundo, sempre serei uma jornalista”, diz a repórter exilada em Londres, para onde fugiu para escapar das ameaças. “Tive um colapso nervoso ao chegar, além de desenvolver transtorno de estresse pós-traumático”, diz ela. A jornalista **Jovanna Mariám Garcon** precisou mudar de emprego para se recuperar de ataques violentos online e de uma agressão física sofrida enquanto cobria uma reportagem sobre direitos ao aborto na Guatemala (veja a caixa de texto). Atualmente gerente de comunidade do portal online No-Ficción, ela afirma que espera “voltar ao campo, pois é o que mais ama no jornalismo”. A Associação de Mulheres da Comunicação Social do Quênia (AMIK), que estudou o impacto do assédio cibernético e da pressão sobre jornalistas em 2016, afirma que “a pressão online tem como principal objetivo provocar a autocensura e desencorajar mulheres jornalistas de cobrirem histórias que as façam correr o risco de sofrer abusos”.

Cecilia Maundu, jornalista responsável pelo podcast Digital Dada, também observou que, temendo a violência online, “a maioria dos jornalistas está começando a se autocensurar. Este é um grande problema não só para as vítimas, mas para a sociedade como um todo: quando os jornalistas se autocensuram, o direito fundamental à liberdade de informação fica comprometido”. Ela grava programas no estúdio e organiza gravações em diferentes locais para informar o público sobre o tema e promover discussões sobre o assédio cibernético que jornalistas mulheres sofrem. Mais recentemente, a equipe do podcast convidou **Zubeidah Kananu**, jornalista do canal KTN News e a primeira mulher eleita para chefiar o Kenya Editors Guild, para falar sobre o assédio cibernético que sofreu.

B/ O RISCO DE PROCESSOS JUDICIAIS CONTRA JORNALISTAS

Em muitos países, as autoridades não hesitam em processar ou prender jornalistas que denunciam a violência de gênero.

| PRISÃO INJUSTA DA JORNALISTA CHINESA SOPHIA HUANG XUEQIN



Sophia Huang Xueqin

Entre as detenções injustas, a detenção da ativista do #WoYeShi e do #MeToo chinês, **Sophia Huang Xueqin**, é particularmente emblemática. A repórter segue presa até hoje, principalmente por lutar pelos direitos das mulheres. A jornalista freelancer vinha investigando as condições de trabalho das mulheres chinesas na mídia e nas universidades desde outubro de 2017, a fim de revelar a violência sistêmica cometida contra elas. Ela foi presa por “incitar a subversão do poder do Estado” em 19 de setembro de 2021. As condições de sua detenção são alarmantes e sua saúde está se deteriorando. Pessoas próximas a ela relataram privação de sono, desnutrição e perda significativa de peso. «Ao maltratá-la dessa forma, com provável tortura, as autoridades chinesas deixam claro seu intento de transformar Sophia Huang Xueqin — uma jornalista veterana, respeitada por seu envolvimento no movimento #MeToo — em um exemplo para intimidar as poucas vozes dissidentes restantes no país», afirma Cédric Alviani, diretor do escritório da RSF na Ásia-Pacífico, em Taipei. Mais de 20% dos jornalistas no mundo estão presos pelo regime chinês. Sophia Huang Xueqin é uma das 17 mulheres entre os 121 profissionais de mídia atualmente detidos na China (incluindo Hong Kong), tornando o país o maior encarcerador de jornalistas no mundo.

PROCESSO DE DIFAMAÇÃO COMO FORMA DE INTIMIDAÇÃO

O aumento dos processos judiciais por “difamação”, usados para obstruir investigações sobre violência de gênero, é especialmente alarmante no Brasil. A jornalista **Schirlei Alves**, que frequentemente faz a cobertura de casos que envolvem questões de gênero, está pagando o preço. Em novembro de 2023, ela foi condenada a um ano de prisão e determinada a pagar indenização no valor de R\$ 400 mil (cerca de € 80 mil) por “difamação”. O crime? Ela escreveu um artigo sobre o julgamento de um empresário em 2020 – que foi absolvido – após uma denúncia de [estupro feita por uma influenciadora](#). O artigo de Schirlei Alves, publicado no The Intercept Brasil, destacou a humilhação sofrida pela denunciante durante o processo, no qual foi mais responsabilizada do que o seu suposto agressor. A jornalista usou o termo “estupro culposo”. A expressão viralizou nas redes sociais quando o artigo foi publicado.

A repercussão foi tanta que levou à aprovação da Lei 14.245, que prevê penas para atos que atentem contra a dignidade de vítimas de violência sexual e testemunhas durante julgamentos. Os advogados da jornalista recorreram da decisão. Enquanto isso, a jornalista continua sendo alvo de grandes campanhas de assédio promovidas nas redes sociais. O mesmo acontece em Comores, onde quatro jornalistas que tentaram expor a questão da suposta ‘violência sexual’ contra jornalistas mulheres em 2023 foram alvo de uma denúncia por ‘difamação e insulto’, apresentada por um executivo do Office de Radio et Télévision des Comores (ORTC). As jornalistas tiveram a suspensão condicional da pena e receberam uma multa de € 300. Entretanto, nenhuma investigação independente sobre as acusações de violência sexual no local de trabalho foi iniciada contra um funcionário da emissora pública.

JUSTIÇA NO CAMINHO DO RECONHECIMENTO DO TRABALHO DE JORNALISTAS

A informação foi classificada de interesse público. Uma ação por difamação movida por um coreógrafo contra duas jornalistas do meio de comunicação canadense *La Presse* foi arquivada. O juiz decidiu que o artigo publicado em 2017 pelas jornalistas **Katia Gagnon** e **Stéphanie Vallet** respeitou as normas éticas que regulam o direito à informação. Para o *La Presse*, o veredicto é histórico: segundo um de seus jornalistas, [William Thériault](#), essa é “uma decisão importante que valida o efeito do #MeToo nas investigações jornalísticas. É a primeira vez no Canadá que um juiz decide sobre o desfecho de um julgamento envolvendo uma investigação jornalística ligada a esse movimento”.

Na França, um dos casos mais emblemáticos envolve Denis Baupin, então deputado ecologista e vice-presidente da Assembleia Nacional, acusado de assédio e agressão sexual em uma investigação publicada pelos veículos France Inter e Mediapart. O caso, contestado por Baupin, foi arquivado sob a justificativa de prescrição, embora as acusações tenham sido “corroboradas” e apesar da “probabilidade de alguns fatos serem classificados como crime”, de acordo com o magistrado. O deputado, que se aposentou da vida pública, apresentou queixa contra as jornalistas por denúncia caluniosa. Em abril de 2019, durante o julgamento por difamação, outras figuras femininas da política francesa se manifestaram, trazendo novas acusações de assédio e transformando o julgamento em uma plataforma para denúncias contra Denis Baupin. Os meios de comunicação foram absolvidos. Os juízes consideraram o ex-político culpado por litigância de má-fé e determinaram o pagamento de indenização – no valor de aproximadamente € 7.500 – a todos os réus, inclusive às jornalistas.

C/ O FEMINICÍDIO DE JORNALISTAS

Dos 486 jornalistas mortos em serviço em todo o mundo desde 2017, 40 eram mulheres. Pelo menos 10 delas foram mortas após dedicarem parte de seu trabalho aos direitos das mulheres e à violência de gênero, de acordo com as informações disponíveis até o momento.

Nagihan Akarsel, coeditora da revista *Jineologî*, foi [morta a tiros](#) na porta de sua casa no Curdistão iraquiano em 4 de outubro de 2022. Ninguém assumiu a responsabilidade pelo crime. Feminista reconhecida, a jornalista foi uma das fundadoras da Biblioteca, Arquivo e Centro de Pesquisa das Mulheres Curdas, inaugurada em 2023 em sua cidade natal, Souleymanieh, no norte do país.

No México, o país mais perigoso para jornalistas, cinco dos 56 jornalistas mortos em serviço desde 2017 eram mulheres. Entre elas, **Miroslava Breach**, correspondente do *La Jornada* e do *Norte de Juarez* no estado de Chihuahua, no norte do país, foi [morta a tiros](#) em seu carro em 23 de março de 2017, aos 54 anos. Ela cobria temas relacionados ao crime organizado e aos muitos feminicídios cometidos na região de Ciudad Juarez.



Marcha pelo assassinato da jornalista Miroslava Breach. Cidade do México, 21 de março de 2017. © ALFREDO ESTRELLA / AFP

Na Índia, **Gauri Lankesh**, editora-chefe do periódico laico e feminista *Gauri Lankesh Patrike*, denunciava regularmente as restrições impostas às mulheres pelo sistema de castas. Ela foi morta em 5 de setembro de 2017 em Bangalore, no sul da Índia.

Outras jornalistas, cuja luta pelos direitos das mulheres e contra a violência de gênero continua sendo reconhecida, foram assassinadas nesse período em circunstâncias que permanecem obscuras até hoje. Foi o caso de **Lyra McKee**, jornalista especializada no conflito da Irlanda do Norte e uma figura reconhecida por seu compromisso com os direitos LGBTQI+. Ela foi assassinada em 18 de abril de 2019 em Londonderry, Irlanda do Norte, durante os confrontos. A repórter freelancer sueca **Kim Wall**, vítima de abuso sexual e assassinada em agosto de 2017, também era profundamente comprometida com questões de gênero. Em resposta ao seu assassinato, cometido por um empresário que ela havia entrevistado, e no contexto do movimento #MeToo, o Dart Center for Journalism and Trauma publicou online uma série de recomendações para reforçar a segurança de mulheres repórteres.



Um retrato de Gauri Lankesh é erguido em uma vigília realizada em sua homenagem em 6 de setembro de 2017 em Mumbai
© DR / Punit Pranajpe / AFP



Kim Wall © DR

Ao menos dois jornalistas mortos pela cobertura de violência de gênero

Aleksandr Lachkarava morreu seis dias após ser gravemente ferido em julho de 2021 enquanto cobria manifestações homofóbicas de extrema direita ao veículo de oposição Pirveli TV. Ele foi atacado, junto com outros 52 jornalistas, durante manifestações contra a marcha do Orgulho em Tbilisi, capital da Geórgia.

Luis Gabriel Pereira foi assassinado a sangue frio em maio de 2023 por dois assassinos de aluguel em uma motocicleta em Ciénaga de Oro, no noroeste da Colômbia. Alguns dias antes, ele havia publicado informações sobre um caso de feminicídio e o assassinato de uma liderança indígena em sua página do Facebook "Notiorense".

3 | INVESTIGAÇÃO DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO SOB O ROLO COMPRESSOR DE REGIMES AUTORITÁRIOS

A/ A TENDÊNCIA RETRÓGRADA DA RÚSSIA

Desde a invasão russa da Ucrânia em fevereiro de 2022, praticamente todos os meios de comunicação independentes foram fechados e os jornalistas foram forçados ao exílio. Sites de mídia independentes foram bloqueados e seus funcionários estão sob o risco de detenção, sendo frequentemente rotulados pelas autoridades como “agentes estrangeiros” ou “organizações indesejáveis”. Todos os demais meios de comunicação estão sujeitos à censura do Kremlin. Como se não bastasse, as autoridades ainda reforçam o resgate de valores conservadores. Jornalistas que tentam denunciar a violência de gênero estão, sem dúvida, pagando o preço.

| #METOO NA RÚSSIA, PRINCIPALMENTE EM MOSCOU

No entanto, em 2017, o movimento #MeToo teve grande repercussão na Rússia segundo Anna (nome fictício), jornalista freelancer baseada em Moscou que solicita anonimato por questões de segurança. “O movimento #MeToo levou muitas redações a reconsiderar, ao menos parcialmente, sua abordagem com relação à violência de gênero”. Ela acredita que, ainda hoje, “embora raros, o número de artigos sobre violência sexual vem aumentando. Existem também mais investigações sobre estupro conjugal e prostituição como ferramenta de exploração”. Ela acredita firmemente que a sociedade mudou desde então: “Vemos a sociedade se afastando do patriarcado e de valores ‘tradicionais’, principalmente dos valores religiosos — ortodoxos ou islâmicos, dependendo da região”.

No entanto, essa tendência observada na mídia não se reflete nas políticas públicas — muito pelo contrário. O ano de 2017 também foi marcado por um enorme retrocesso legislativo: os parlamentares russos descriminalizaram grande parte da violência doméstica e dos atos de agressão que não resultam em hospitalização. O chefe de Estado, Vladimir Putin, apoia a reforma. Ele diz que isso evita a “destruição da família”.

| DA INTIMIDAÇÃO À AUTOCENSURA

Em novembro de 2023, além do retrocesso legislativo em relação à violência doméstica, o Supremo Tribunal proibiu o “movimento LGBT internacional” — que não existe como organização — sob a justificativa de “extremismo”, permitindo a aplicação de penas de prisão a qualquer defensor ou simpatizante, mesmo sem uma definição jurídica clara dos termos. Nesse contexto, jornalistas que, como Anna, cobrem questões de gênero, estão se tornando alvos cada vez mais frequentes das autoridades e de grupos masculinos. “Escrever sobre violência de gênero, especialmente sobre a comunidade LGBTQ+, se tornou ainda mais perigoso. O risco de processo criminal está se tornando cada vez mais iminente”. Anna pagou o preço: pessoas desconhecidas usaram seus artigos sobre a situação demográfica da Rússia como pretexto para apresentar uma denúncia contra ela por “propaganda LGBT”. Para que não sofram represálias jurídicas,

“muitos veículos de comunicação retiraram seus conteúdos sobre o assunto, embora costumassem abordar o tema de forma aberta”, lamenta a jornalista freelancer.

Para se protegerem de novos ataques, jornalistas como Anna pagam por uma rede privada virtual (VPN), utilizam mensagens seguras e tentam filtrar ao máximo o conteúdo pessoal acessível online. “Também evito ter conversas confidenciais pelo celular. Há muito se sabe que todas as operadoras de telefonia móvel russas fornecem informações sobre seus assinantes mediante solicitação”, explica Anna. Ao ir para casa, ela também precisa estar cada vez mais vigilante “devido ao [seu] trabalho e ao aumento das agressões nas ruas nos últimos dois anos”, afirma Anna.

I O EXÍLIO COMO ÚNICA OPÇÃO

Outros jornalistas russos foram forçados ao exílio. **Izabella Evloeva** é uma entre os mais de 1.500 jornalistas que tiveram que abandonar a Rússia. Izabella é jornalista de um canal de televisão na Inguchétia e, em 2018, fundou seu próprio portal de notícias, Fortanga.org, que leva o nome do rio que faz fronteira com a vizinha Chechênia, em um contexto de tensão extrema entre essas duas repúblicas predominantemente muçulmanas no Cáucaso russo. O Fortanga aborda questões de direitos humanos, com foco nos direitos das mulheres. “Encontramos resistência de leitores conservadores, já que alguns deles acham que a violência não deve ser discutida abertamente e que é normal bater em uma mulher ‘para fins educacionais’”, diz a jornalista. Na opinião dela, “o #MeToo não teve impacto na República da Inguchétia. Eu diria até que passou despercebido”.

Vários jornalistas foram presos enquanto cobriam uma manifestação de direitos humanos em fevereiro de 2019. Izabella Evloeva, que estava em Praga na época, relata: “Rachid Maïsigov, colaborador do Fortanga, foi detido por agentes do serviço de segurança russo (FSB), que plantaram drogas nele. Eles o torturaram para forçá-lo a ‘confessar’ e depor contra mim. Ele foi condenado a três anos de prisão. Ficou claro naquele momento que eu também corria o risco de ser e permanecer presa por um longo período”. As acusações contra ela incluem “divulgação pública de informações falsas sobre a implantação do exército russo”. Ela pode pegar até 15 anos de prisão. A intimidação que ela sofre também inclui ameaças contra sua família. A casa de seus pais é frequentemente revistada pelas autoridades, e sua filha mais velha é interrogada repetidamente.

Para evitar sua prisão, Izabella Evloeva buscou refúgio em um país europeu, onde recebeu asilo político, em um processo complicado tanto do ponto de vista administrativo quanto pessoal. A maioria dos jornalistas russos no exílio evita pedir asilo, na esperança de um dia retornar à Rússia.

RESULTADOS DA PESQUISA DA RSF

16%

das pessoas entrevistadas (18 de 113) conhecem pelo menos um caso de jornalista que trabalha com direitos das mulheres, questões de gênero e/ou violência de gênero e que foi forçado ao exílio por medo de represálias em virtude de seu trabalho.

B/ MULHER, VIDA, LIBERDADE: A PERSEGUIÇÃO DE JORNALISTAS NO IRÃ

Em 16 de setembro de 2022, Mahsa Amini, estudante de origem curda que havia sido presa três dias antes pela polícia da moralidade por “usar roupas inadequadas”, morreu no hospital após ser submetida à violência da polícia. A morte de uma jovem devido à forma como estava vestida desencadeou um amplo movimento de protestos populares em setembro de 2022. Os jornalistas que cobriram essa revolta, conhecida como “*Jin, Jijan, Azadi*” (“Mulher, Vida, Liberdade”), ainda estão pagando o preço.



Capa do jornal Libération de 26 de setembro de 2022

| A LUTA DAS JORNALISTAS IRANIANAS

Segundo dados da RSF, quase 100 jornalistas que cobriram a revolta iraniana que começou em setembro de 2022 foram detidos em um intervalo de dois anos. Quatorze deles seguem presos pela cobertura dos eventos. A acusação principal parece ser sempre a mesma: “propaganda contra o Estado”, muitas vezes com agravantes como “reunião proibida”, “conspiração e conluio para cometer crime contra a segurança nacional” ou “colaboração com o governo hostil dos Estados Unidos”.

A revolta popular “Mulher, Vida e Liberdade” ocorreu em paralelo à intensificação da violência do regime iraniano contra jornalistas. Muitos deles — principalmente mulheres — foram para o exílio. Em 2023, a RSF

Ghazal Golshiri

Jornalista

ENTREVISTA

“Mulher, Vida, Liberdade’ também marca virada no jornalismo”

Ghazal Golshiri, jornalista franco-iraniana, trabalhou como correspondente do *Le Monde* em Teerã antes de retornar a Paris em 2019 para fazer parte do departamento internacional do jornal francês.

O que Niloofer Hamedi e Elaheh Mohammadi e todos os demais jornalistas reprimidos pela cobertura da morte de Mahsa Amini e da violência de gênero no Irã em geral representam?

Niloofer e Elaheh são grandes nomes do jornalismo iraniano. Essas duas jornalistas são fortes, comprometidas e reconhecidas pelo trabalho que fazem no combate às violações dos direitos das mulheres.

Você mesma escreve sobre violência de gênero no Irã. O que a revolta popular “Mulher, Vida, Liberdade” representa?

O movimento “Mulher, Vida, Liberdade” marcou uma virada sem precedentes. Ele ampliou a consciência sobre a discriminação de gênero e levou a sociedade a questionar regras que, até então, pareciam muito bem estabelecidas: Por

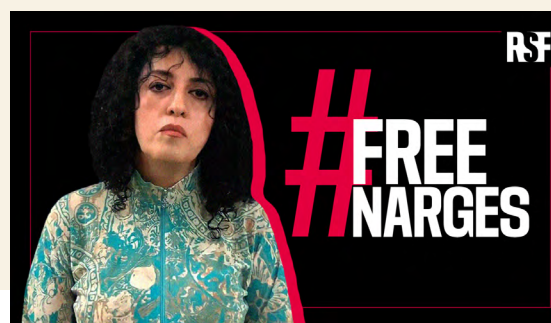
que as mulheres precisam usar o hijab? Por que as mulheres precisam cobrir tudo, exceto as mãos e o rosto? Por que as mulheres são maltratadas quando não estão cobertas adequadamente? De um modo geral, os hijabs — ou, mais especificamente, a obrigatoriedade de usá-los — tornaram-se um símbolo das injustiças e discriminações no Irã, que afetam tanto mulheres quanto homens.

Que impacto esse movimento teve no jornalismo?

A vida pessoal dos jornalistas é vasculhada e as informações obtidas são usadas para ameaçá-los. Esses métodos criam uma atmosfera de terror que afeta o modo como a profissão é exercida. Para evitar assédio ou punições, editores podem optar por não cobrir certos temas relacionados à violência de gênero e ao caso Mahsa Amini. Tudo é política no Irã.

Narges Mohammadi, jornalista presa e vencedora do Prêmio Nobel da Paz: uma das vozes mais importantes na luta pelos direitos das mulheres

Narges Mohammadi foi presa 13 vezes ao longo da vida e recebeu penas que, somadas, ultrapassam 35 anos de prisão, tendo sua última detenção ocorrido em novembro de 2021. Até o momento, ela passou mais de dez anos na prisão. Como jornalista e ganhadora do Prêmio Nobel da Paz em 2023, ela continua a se manifestar de dentro da prisão, denunciando violência sexual e outras violações de direitos de mulheres presas. Como retaliação pelo que escreve, a jornalista foi submetida a confinamento solitário, assédio sexual e outros tratamentos abusivos na prisão. Desde novembro de 2023, ela está proibida de se comunicar com a família por telefone. Apesar da opressão, Narges Mohammadi segue lutando por sua liberdade e pela liberdade de todas as pessoas confinadas entre os muros da prisão de Evin. Em março do ano passado, ela fez um apelo à “criminalização do apartheid de gênero”, denunciando a “segregação sistemática e institucionalizada” das mulheres no Irã. Em uma edição especial da revista francesa Society, na reportagem produzida em parceria com a RSF e publicada em setembro de 2024, ela escolheu entrevistar outras sete mulheres ao redor do mundo sobre esse tema.

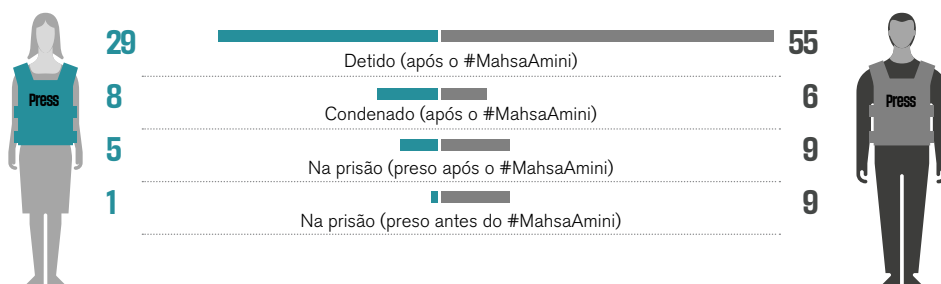


Narges Mohammadi © DR

concedeu 23 bolsas a jornalistas iranianos no exílio. “A maioria eram mulheres iranianas”, observa Victoria Lavenue, chefe do Serviço de Assistência da RSF. É o caso de **Nazila Maroufian**, que encontrou refúgio na França. No Irã, essa jornalista que, assim como Mahsa Amini, é natural de Saqqez, foi presa pela primeira vez em outubro de 2022 após entrevistar seu pai para o site de notícias Mostaghel Online. No verão de 2023, Nazila Maroufian foi presa pela quarta vez. Posteriormente, ela relatou ter sido abusada sexualmente pelas forças de segurança, acusação que as autoridades iranianas negam veementemente até hoje. Com base nos depoimentos coletados pela equipe de assistência da RSF, Victoria Lavenue destaca que as mulheres jornalistas podem ser vítimas de violência sexual em duas frentes: tanto em seus países de origem, por parte de representantes das autoridades, quanto por diversos atores que encontram pelo caminho durante seu exílio. Para ajudar essas jornalistas a lidar com o trauma, a RSF oferece acompanhamento psicológico, às vezes em parceria com a Eutelmed, empresa que oferece teleconsultas em 40 idiomas.

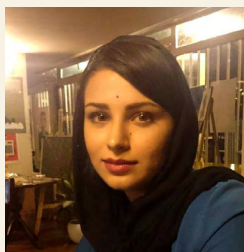
Repressão judicial pelo regime iraniano

Prisões, detenções e condenações desde a morte de Mahsa Amini e a revolta popular de setembro de 2022.



IRÃ: O QUARTO MAIOR CÂRCERE DO MUNDO PARA JORNALISTAS MULHERES

Cinco jornalistas detidas desde setembro de 2022 seguem presas, segundo dados da RSF.



Vida Rabbani

Cargo: jornalista freelancer

Detalhes: a jornalista freelancer Vida Rabbani foi presa em sua casa e condenada a 7 anos e 3 meses de prisão por “reunião e conluio contra a segurança do país” e “propaganda contra o Estado”.

Situação judicial: condenada em 31/12/2022



Saeedeh Shafiei

Cargo: jornalista freelancer

Detalhes: condenada a 3 anos, 6 meses e 1 dia de prisão por “reunião e conspiração” e a 7 meses e 16 dias de prisão por “propaganda”. Cumprirá apenas a pena mais longa de 3 anos, 6 meses e 1 dia. Ela também está proibida de viajar por 2 anos e de participar de qualquer grupo ou organização.

Situação judicial: condenada em 30/07/2023

© Comitê de Mulheres do Conselho Nacional de Resistência do Irã (NCRI)

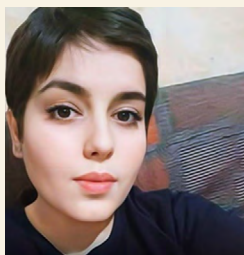


Saba Azarpeik

Cargo: jornalista freelancer, ex-correspondente do jornal *Etemad Daily*

Detalhes: condenada a 3 anos de prisão, incluindo 2 anos por “espalhar mentiras”, “difamação”, “danos à reputação” e “espalhar ameaças”. Ela também está proibida de usar as redes sociais por 2 anos, foi obrigada a pagar uma multa e a pedir desculpas publicamente aos reclamantes.

Situação judicial: condenada em maio de 2024



Parisa Salehi

Cargo: jornalista da *Donyaye Eghtesad*

Detalhes: condenada, em fevereiro de 2024, a um ano de prisão por “fazer propaganda contra a República Islâmica”. Após recurso, a pena foi reduzida para 5 meses. Ela também está proibida de viajar e acessar a internet por 2 anos.

Situação judicial: condenada em fevereiro de 2024

© Comitê de Mulheres do Conselho Nacional de Resistência do Irã (NCRI)



Nasrin Hasani

Cargo: editora-chefe do periódico *Seyahat Shargh*

Detalhes: Em 5 de novembro de 2023, ela foi condenada a 7 meses de prisão por «espalhar informações falsas nas redes sociais», bem como ao pagamento de multa no valor de 1.000.000 de tomans iranianos (cerca de € 20) por aparecer em público sem usar o hijab. Em 23 de janeiro, o Tribunal de Apelação de Khorassan, região no nordeste do país, manteve a pena anterior de 1 ano de prisão por “propaganda contra a República Islâmica”.

Situação judicial: condenada em 5 de novembro de 2023 e em 23 de janeiro de 2024

© Comitê de Mulheres do Conselho Nacional de Resistência do Irã (NCRI)

C/ O DESAPARECIMENTO DAS MULHERES DO JORNALISMO NO AFGANISTÃO

A investigação sobre questões de gênero se tornou praticamente impossível desde que o Talibã assumiu o poder em agosto de 2021. O tema foi silenciado na mídia, assim como as jornalistas mulheres. Mais de quatro em cada cinco jornalistas (84%) perderam seus empregos e mais de dois terços de todos os 12.000 jornalistas do país abandonaram a profissão.

| CAMINHANDO PARA O FIM DO JORNALISMO INDEPENDENTE

Até deixar o Afeganistão em 2017 junto com sua família para escapar de uma situação de risco, a jornalista **Zahra Nader** atuava como correspondente do *New York Times* em Cabul. Ela se dedicou a questões de gênero e conduziu investigações pioneiras sobre a discriminação contra mulheres divorciadas e o escândalo dos testes de virgindade. Segundo a repórter, em 2024, “as vozes femininas são banidas da mídia, mesmo que sejam apenas mulheres que queiram ligar para uma estação de rádio para fazer uma pergunta ao apresentador”. Esse tipo de diretiva provém das novas instituições do regime do Talibã, incluindo o Ministério da Informação e Cultura, o serviço de inteligência (Istihbarat), o Ministério para a Propagação da Virtude e Prevenção do Vício e o Centro de Mídia e Informação do Governo (GMIC). As poucas mulheres que permaneceram em seus cargos, especialmente em Cabul, “muitas vezes trabalham de graça e enfrentam assédio sexual”, acrescenta Zahra Nader.

Por vezes, mulheres que trabalham fora da cidade são impedidas de viajar se não estiverem acompanhadas de um homem, ou seja, de um “guardião”. “Não tem como viver sob o regime do Talibã e trabalhar de forma independente sem correr o risco de tortura e morte”. A rádio Begum é um dos poucos meios de comunicação que ainda está em funcionamento. Lançada em 8 de março de 2021, no Dia Internacional dos Direitos da Mulher, a estação de rádio educacional foi criada para jovens meninas que não têm acesso à escola. Fundada e gerida por jornalistas mulheres, a emissora lida, não sem dificuldades, com o clima de repressão: “Nunca somos vistas com homens, não falamos sobre política. Seguimos todas as restrições. Não temos escolha”, diz a editora-chefe no documentário *Radio Begum: la voix des résistantes* [Radio Begum: a Voz da Resistência], produzido pela jornalista francesa Solène Chalvon-Fioriti para o canal franco-alemão Arte e transmitido em abril de 2024. A rádio, conforme explica na introdução do filme, transmite diariamente programas educacionais que dão suporte à rede de escolas clandestinas do país, que já somam quase 15.000, todas estabelecidas em segredo e instaladas em salas de estar, porões e cavernas.



Zahra Nader, editora-chefe do *Zan Times*, na 23ª Conferência Canadense de Jornalistas pela Liberdade de Expressão (CJFE). Toronto, 15 de fevereiro de 2023. © CJFE

| AO MENOS CINCO JORNALISTAS MORREM EM VIRTUDE DE SEU TRABALHO EM PROL DOS DIREITOS DAS MULHERES

Malalai Maiwand, renomada jornalista e representante do Centro de Proteção às Mulheres Jornalistas Afegãs (CPAWJ), que oferece apoio a profissionais de mídia em áreas remotas, foi assassinada em 10 de dezembro de 2020, junto com seu motorista, Taher Khan, por dois homens armados que se identificaram como membros do grupo Estado Islâmico. A diretora do Centro, Farida Nekzad, descreveu sua ex-colega, de 30 anos, como “um modelo para muitos jornalistas afegãos”. Ela era jornalista e estava comprometida em lutar pelos direitos de outras mulheres. Isso fez dela um alvo principal para os grupos radicais atuantes no país. Três meses depois, em Jalalabad, no leste do país, três jovens funcionárias da TV Enekaas, **Sadida Sadat**, **Shahnaz Roufi** e **Mursal Waheedi**, também foram mortas a tiros por terroristas islâmicos. A emissora foi alvo de ataques em diversas ocasiões. Alguns anos antes, em 30 de abril de 2018, a jornalista **Maharam Darani**, apresentadora e produtora de um programa sobre as condições das mulheres transmitida pela rádio Azadi, foi vítima de um ataque fatal contra vários jornalistas, reivindicado pelo Estado Islâmico.

| SER MULHER SOB O REGIME DO TALIBÃ: INVESTIGAÇÕES DO EXÍLIO

Quando Cabul caiu em agosto de 2021, Zahra Nader fundou o Zan Times – “Zan” significa “mulher” em dari. “Quando vi o Talibã retornar ao poder, disse a mim mesma [...] que era nosso dever declarar em alto e bom som que ainda estamos aqui para contar a nossa verdade, para revelar o que realmente significa ser mulher sob o regime do Talibã”, ela compartilha. “Nosso objetivo é falar com as mulheres que estão impedidas de sair de casa”, acrescenta a editora-chefe. O Zan Times conta com a colaboração de várias jornalistas freelancers no Afeganistão, obrigadas a atuar na clandestinidade. Essas colaboradoras “não se conhecem, o que dificulta a criação de um senso de comunidade. Elas escrevem sob um pseudônimo, e eu aguardo ansiosamente o dia em que poderemos conhecer sua identidade e reconhecer sua coragem em plena luz do dia”. Após realizar várias investigações sobre [a extensão da violência doméstica](#) e [a onda de suicídios femininos](#), alguns dos quais foram publicados pelo jornal britânico *The Guardian*, o Zan Times contabilizou os assassinatos de mulheres envolvidas na esfera pública. “Estamos lutando em duas frentes: levantar financiamento e garantir a segurança das nossas colegas no Afeganistão”, suspira Zahra Nader, antes de enfatizar seu ponto: “Nossa única esperança está nos meios de comunicação exilados”.



Mursal Sayas, jornalista exilada na França, concorda: “Todos os dias entrevisto mulheres no Afeganistão para perguntar sobre suas vidas cotidianas. Sayas trabalha em Paris para a Radio Afghanistan International, emissora exilada sediada em Londres. Em 2024, ela também publicou um livro em francês, intitulado *Qui entendra nos cris?* (“Quem ouvirá nossos gritos?”), que reúne depoimentos de mulheres afegãs. Mursal Sayas foi membro da Comissão Independente de Direitos Humanos do Afeganistão até fugir do país no verão de 2021. Desde então, ela escreve de maneira remota sobre as condições de vida de suas compatriotas, falando sobre as dificuldades de acesso à saúde, as experiências de minorias sexuais e de gênero e também sobre o futuro das mulheres que lutam para defender seus direitos. Ela relata: “O Talibã prende mulheres e as faz desaparecer. Não sabemos para onde elas estão indo. A comunidade internacional deixou de prestar atenção à situação das mulheres no Afeganistão”. Do Canadá, Zahra Nader também alerta: “Se não tivermos jornalistas mulheres no Afeganistão, não teremos informações sobre o que está acontecendo com as mulheres no Afeganistão”. Ela afirma: “Só porque você não lê mais sobre o que está acontecendo com as mulheres no Afeganistão, não significa que esteja tudo bem. Na verdade, é bem o oposto. O Talibã está tentando apagar as mulheres”.

4 | RECOMENDAÇÕES

RSF REPORTERES SEM FRONTEIRAS

Apoiar o jornalismo especializado em direitos das mulheres, questões de gênero e violência de gênero é uma das prioridades da RSF em seu trabalho de advocacy e assistência a repórteres e instituições. A organização leva em consideração questões de gênero em seus cursos de treinamento, organiza sessões específicas para jornalistas mulheres em escala internacional e também fornece equipamentos de segurança adequados.

Dada a contínua repressão contra jornalistas especializados e jornalistas mulheres, que continua sendo um grande desafio que exige o envolvimento de todos os atores, a RSF emitiu 16 recomendações direcionadas a governos, autoridades policiais e judiciais, plataformas e redações.

Para os Estados:

- > **Garantir**, em nome da liberdade de imprensa e do direito à informação, a proteção dos jornalistas que trabalham em temas relacionados aos direitos das mulheres, bem como dos profissionais de mídia que os auxiliam;
- > **Incluir** a criminalização de certas formas de assédio cibernético no direito penal, considerando as circunstâncias agravantes para autores e coautores desses crimes quando o seu alvo forem jornalistas mulheres e minorias de gênero¹;
- > **Garantir** a proteção dos jornalistas que trabalham com violência de gênero, principalmente no contexto de procedimentos de solicitação de asilo e obtenção de autorização de residência;
- > **Incentivar** os meios de comunicação, inclusive por meio de financiamento público, a adotar ferramentas para contabilizar e mensurar a presença de mulheres e minorias de gênero, bem como a implementar uma carta de compromisso com a igualdade de gênero em suas estruturas, juntamente com ferramentas de treinamento para conscientizar suas equipes sobre paridade e igualdade.

Para a polícia e autoridades judiciais:

- > **Criar** comissões nacionais para garantir a segurança de jornalistas especializados, compostas por representantes judiciais, policiais e de associações de jornalistas, com o objetivo de manter um diálogo contínuo e eficaz;
- > **Designar** agentes de ligação dentro da força policial para coletar depoimentos de vítimas de ataques físicos ou virtuais;
- > **Documentar**, com a ajuda das redações envolvidas, ataques a jornalistas que trabalham com temas relacionados aos direitos das mulheres e à violência de gênero, a fim de mensurar a escala desses ataques.

¹ Para os Estados-Membros da União Europeia, essas recomendações implicam a transposição da Diretiva da União Europeia (2024/1385) de 14 de maio de 2024, que trata do combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica, em especial o artigo 11º, que os orienta a incluir, em seu direito penal, o ciberassédio de jornalistas como circunstância agravante

Para as plataformas digitais:

- > **Aumentar a conscientização** entre o público em geral por meio da divulgação gratuita de campanhas de comunicação sobre a violência contra jornalistas especializados em violência de gênero;
- > **Dar prioridade máxima às denúncias feitas** por jornalistas vítimas de ciberassédio e apoiar as organizações da sociedade civil que atuam em seu nome assim que uma denúncia for recebida;
- > **Responder** imediatamente a liminares de autoridades judiciais que investigam casos de violência contra jornalistas;
- > **Combater** ameaças anônimas e campanhas de assédio coordenadas e recorrentes promovidas por “fábricas de trolls”, garantindo a remoção de conteúdos e a suspensão de contas conforme previsto na legislação vigente, além de destinar recursos adequados para a moderação humana.

Para as redações:

- > **Incentivar** a criação de cargos de editores de gênero;
- > **Incentivar** jornalistas a participar de redes transmidiáticas e colaborativas de investigação em escala internacional;
- > **Capacitar** jornalistas sobre o ciberassédio, fornecendo treinamento para que desenvolvam respostas eficazes e adotem as melhores práticas ao lidarem com esse tipo de situação (Confira nosso relatório: [*Online harassment of journalists: the trolls attack \(Assédio online a jornalistas: o ataque de trolls\)*](#), disponível aqui (páginas 34-35));
- > **Proteger** jornalistas especializados nestas questões, incluindo suas fontes, e estabelecer mecanismos internos de emergência para apoiá-los, além de oferecer treinamentos sobre segurança física e psicológica.
- > **Desenvolver programas de auxílio financeiro** para melhor apoiar o trabalho investigativo sobre violência de gênero, por exemplo, na forma de subsídios específicos.



REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS (RSF) atua pela liberdade, a independência e o pluralismo no jornalismo. Dotada de um status consultivo junto à ONU e à UNESCO, a organização, baseada em Paris, conta com 13 escritórios e seções no mundo e correspondentes em mais de 130 países.